**Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.**

###### ATA DA 19ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 19ª Reunião realizada em 01 de junho de 2012, às catorze horas e quarenta e seis minutos, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença da Senhora Senadora: **Ana Rita (PT/ES),** e das Senhoras Deputadas: **Marina Santanna (PT/GO), Keiko Ota (PSB/SP), Célia Rocha (PTB/AL) e Rosinha da Adefal (PTdoB/AL).** Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Marta Suplicy (PT/SP), Ângela Portela (PT/RR), Lúcia Vânia (PSDB/GO) e** **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)** eos Senhores Senadores: **Sérgio Souza (PMDB/PR) e** **Armando Monteiro (PTB/PE);** as Senhoras Deputadas: **Teresa Surita (PMDB/RR), Rebecca Garcia (PP/AM), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Gorete Pereira (PR/CE), Sueli Vidigal (PDT/ES) e Carmem Zanotto (PPS/SC);** eos Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR) e Eduardo Azeredo (PSDB/MG).** Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com a presença dos convidados: Sra. Sandra Canuto, representando o Secretário de Saúde, Sr. Alexandre de Melo Toledo; Sr. Dário César Barros Cavalcante, Secretário de Defesa Social; Sr. Paulo Zacarias da Silva, Juiz Titular da Vara da Violência Doméstica, representando o Sr. Des. Sebastião Costa Filho, presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas; Sra. Kátia Born, Secretária da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos; Sr. Eduardo Antônio de Campos Lopes, Defensor Público-Geral do Estado de Alagoas; Sra. Andrea Malta, representante da Marcha Mundial de Mulheres e Sr. Sérgio Juca, subprocurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Boa tarde a todos.

Queremos agradecer a acolhida das instituições, dos órgãos que visitamos, aos funcionários, aos movimentos sociais, à sociedade organizada, aos gestores que participam desse processo, também responsáveis por essa temática.

Queria dizer que, diferentemente de outras audiências públicas, este evento tem o objetivo de escutar as autoridades acerca dos temas. Evidentemente, junto com as autoridades, também estará presente a representação dos movimentos sociais.

Diferentemente de outras audiências públicas, quando regimentalmente é possível haver o debate, nesta audiência, não haverá debate com outros setores.

Após a abertura, passaremos a palavra à Relatora, Senadora Ana Rita, que fará suas perguntas a cada autoridade que prestará seus esclarecimentos, um por vez.

Em seguida, os demais Parlamentares Federais presentes também poderão usar da palavra para fazer seus questionamentos, e a palavra será retomada pelas autoridades e pelos representantes do movimento sociais.

Dentro dessa dinâmica, declaro aberta a 19ª da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão, por parte do Poder Público, em relação à aplicação de instrumentos instruídos em lei, para proteger as mulheres em situação de violência.

Estão presentes, já aqui à mesa, a Presidente desta CPMI – esta que vos fala –, Deputada Jô Moraes; a Relatora da CPMI, Senadora do PT Ana Rita; uma das autoras do requerimento, Deputada Rosinha Da Adefal, que juntamente com a Deputada Federal Célia Rocha assinaram o requerimento e fizeram todo esforço para que realizássemos esta audiência; a Secretária da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos, Kátia Born, que conheço desde os tempos desse processo, dessa luta; o Secretário de Saúde Alexandre Toledo, que se encontra averiguando a situação de saúde no interior, viajando, e que enviou, para representá-lo, profissionais que responderão a todas as questões que forem a eles apresentadas; o Secretário de Defesa Social, Dr. Dário César, que, sem dúvida nenhuma, está saindo de uma reunião com o Ministério da Justiça, na construção de um projeto, está aqui presente, mas terá de se retirar logo depois, mas deixará uma pessoa à altura para responder todas as questões; o Ministério Público Estadual, o Dr. Sérgio Jucá, Subprocurador, a quem agradecemos; a Defensora Pública do Estado, Dra. Luciana Vieira Carmelo, a quem agradecemos, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Paulo Zacarias. Também temos a presença do Deputado Estadual Judson Cabral, da Deputada Estadual Patrícia Sampaio. Contamos também com a presença do Defensor Público Geral do Estado de Alagoas, Dr. Eduardo Antônio de Campos Lopes.

As autoridades estão sentadas no auditório, já que aqui não caberia o conjunto das autoridades e seria indelicada qualquer diferenciação.

Neste momento, conforme convocação, a presente reunião destina-se a realização de audiência pública na cidade de Maceió, com os convidados já assinalados.

Nós queremos, antes de passar a palavra para a Relatora, informar que os convidados ou instituições terão o tempo de até 20 minutos para sua exposição. Logo, o que não puder ser realizado nesse período será entregue por escrito para que a CPMI possa anexar às informações.

No caso da instituição que representa da sociedade civil será a única a dividir o tempo e cada representante terá o direito a 10 minutos, para que o tempo seja dividido de forma isonômica.

O registro das presenças – são muitas –, não só de gestoras, gestores, profissionais, parlamentares, mas também da sociedade civil e do movimento social será feito ao longo desse período.

Neste momento, passo a palavra à nossa Relatora, Senadora Ana Rita.

**A SRA ANA RITA** (PT – ES) – Boa tarde a todos.

Inicialmente, quero aqui fazer um agradecimento à Assembléia Legislativa, por nos ceder este espaço, para que possamos realizar esta audiência pública, também agradeço às Parlamentares deste Estado, Deputadas e Vereadoras, aos Deputados Estaduais, às Deputadas Federais, às Senadoras.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora, desculpe-me interrompê-la, mas estão presentes duas pessoas fundamentais na nossa CPMI, a nossa Vice-Presidente, Deputado Keiko Ota, de São Paulo, e a nossa Deputada, membro permanente, integrante, Marina Santanna, do Estado de Goiás, que vem acompanhando e que eu – desculpe-me – cometi a indelicadeza de não citar.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Então, queremos também agradecer às Parlamentares deste Estado, Deputadas Estaduais, às Vereadoras que ajudaram a fazer a mobilização para esta atividade, aos mais variados movimentos sociais deste Estado que aqui estão. Mais cedo, tivemos oportunidade de ter alguns momentos com vocês. Também queremos agradecer às mulheres que passam por situações de violência, que estiveram conosco mais cedo – algumas se encontram aqui -, quando trouxeram suas angústias, seus sofrimentos, fazendo a suas denúncias. Também queremos agradecer às autoridades deste Estado, ao Governo do Estado, do Governo do Estado, do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Público, enfim, agradecer a todos pela presença.

Particularmente, quero fazer um registro para o Ministério Público. Nós tivemos um contratempo, o convite não chegou, mas eu estou sabendo que o Ministério Público está presente e se colocou à disposição para vir e responder as questões. Portanto, quero agradecer muito pela presença e também a da imprensa, que tem um papel fundamental no sentido de divulgar os trabalhos desta CPMI, mas, mais do que isso, também de mostrar para toda a sociedade a importância de as mulheres realizarem suas queixas, suas denúncias, e procurarem os espaços adequados para fazer suas denúncias, enfim, para buscar a proteção necessária, de acordo com o que prevê a nossa legislação.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito foi instalada no início deste ano, conforme a Deputada Jô já informou, e tem como objetivo investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e também apurar as denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Hoje, esta é a sexta audiência pública que faz parte de um plano de trabalho apresentado por mim, como Relatora, aprovado por toda a Comissão. Estamos realizando não só audiências públicas nos Estados, mas também fizemos e continuamos a fazer audiências públicas, no Congresso Nacional, com autoridades federais. Também estamos fazendo diligências não só aos equipamentos públicos, mas também naqueles Estados onde há a presença de casos emblemática, como é o caso de Sergipe, onde faremos, em breve, uma diligência.

Os Estados que estamos visitando foram escolhidos a partir de critérios, como o mapa da violência do Instituto Sangari, que apresenta quais Estados são os mais violentos do País. Selecionamos os dez primeiros. O Espírito Santo está em primeiro e Alagoas vem em segundo lugar. Além disso, também selecionamos os Estados mais populosos, como é o caso de São Paulo, que também merece a visita da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Alguns dados do Estado de Alagoas nos assustam. Alagoas, como disse, é o segundo Estado de maior incidência de homicídios femininos, com uma média de 8,3 homicídios para 100 mil mulheres. Praticamente mais do que duas vezes a média nacional, que é de 4,4 homicídios para 100 mil mulheres. Aqui em Alagoas, é percentual é de 8,3. Essa taxa é inaceitável. Por isso, consideramos que diminuir o número de homicídios de mulheres deve ser uma prioridade de todos os Poderes constituídos do nosso País, mas também uma prioridade da nossa sociedade.

Então, enfrentar a violência contra a mulher e uma tarefa de todos, não só das autoridades públicas, mas também da sociedade.

As mortes de mulheres, estamos vendo, são mortes anunciadas. As mulheres assassinadas, muitas delas, boa parte, são daquelas que já procuraram apoio do Poder Público. Esse apoio, muitas vezes, chega com muito atraso e com muitas dificuldades, e as mulheres acabam sendo assassinadas, porque não encontram a proteção necessária no tempo certo, no momento certo e na hora certa.

Estamos percebendo outra característica nos homicídios de mulheres: a interiorização, ou seja, os homicídios estão chegando também ao interior, na área rural. Esse não é apenas um “privilégio” da região metropolitana, mas também, infelizmente, está chegando ao interior.

Arapiraca, uma cidade deste Estado, é a quarta cidade mais violenta do País, de acordo com o mapa da violência – isso não é pouco – e Maceió é a 14ª capital, onde mais morrem mulheres.

Portanto, este Estado tem um enorme desafio, que é de todos que estão aqui, de todas as autoridades, de toda a sociedade, de todos nós Parlamentares, de enfrentar essa situação com a devida prioridade que ela merece e colocar isso como uma de nossas metas. Reduzir os índices de violência contra a mulher deve ser uma prioridade de todos nós. Se não for possível eliminar a violência contra a mulher, é muito importante reduzi-la, pelo menos.

Esse é um desafio que está posto. Nós conclamamos todos vocês que estão aqui representando o Governo do Estado, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, o Ministério Público, as entidades representativas da sociedade, o Parlamento, as Câmaras de Vereadores, as Assembléias Legislativas, além dos órgãos e das instituições federais assumir o enfrentamento da violência como uma prioridade para os próximos anos, para que esse índice possa ser reduzido e o Estado de Alagoas não seja mais o segundo em homicídios de mulheres. É preciso, com urgência, reduzir esse índice.

Eu quero aqui fazer um destaque a algumas iniciativas positivas que encontramos aqui. A CPMI não está aqui só para realizar uma caça às bruxas, para puxar as orelhas de todos, mas também para identificar aquilo que acontece de positivo.

Alagoas foi o primeiro Estado a criar uma Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, tendo como Secretária a Sra. Vanda Menezes, que, me disseram, está chegando. Também devo dizer que na visita que fizemos ontem ao Governador, às 18 horas, S. Exa. anunciou a existência de um trabalho de construção de um projeto piloto de enfrentamento da violência no Estado, com capítulo tratando da violência contra as mulheres. Possivelmente, o Secretário que aqui está deverá falar um pouco sobre isso, o Ministério da Justiça, que está aqui representado, em conversa com os profissionais do Estado, com o Governador e com o próprio Secretário. Essa é uma notícia positiva, boa.

Também devo dizer que o Secretário, ontem, informou-nos que, dentro de 15 dias, a delegacia da Mulher de Maceió não mais integrará o regime de plantão, conforme está sendo feito aqui. *(Palmas.)*

Fizemos apelo nesse sentido ao Secretário, ao Governador, porque – vou relatar posteriormente –, no dia de ontem, encontramos a Delegacia fechada, justamente porque ela faz parte de um cronograma de plantão para que dê assistência à Delegacia que atende a todos os casos. A Delegacia da Mulher, para cumprir esse cronograma, precisa fechar, porque os seus profissionais não dão conta de atuar nas duas coisas ao mesmo tempo. O Secretário assumiu o compromisso de tirar a Delegacia da Mulher desse cronograma.

No entanto, precisamos avançar para retirar o Estado de Alagoas dessa incomoda possível de ocupar o segundo lugar em número de homicídios de mulher.

Agora, darei início à minha inquirição. Esse é o meu papel como Relatora.

Para esclarecer os presentes, inclusive contamos com muitas pessoas acompanhando, esta audiência pública não será nos moldes das audiências que estamos acostumados a acompanhar. Uma audiência em que todos falam e, depois, é aberta para debate. Não é isso que vamos fazer aqui hoje.

Esta audiência pública tem como objetivo inquirir as autoridades. Ou seja, vamos questionar as autoridades presentes, que já sabem disso. Todos vieram preparados para responder às questões que vamos perguntar. Se, por ventura, alguma questão levantada aqui não for respondida na tarde hoje, as autoridades o prazo máximo de uma semana para encaminhar, por escrito, à secretaria da CPMI.

Uma boa parte das questões já é de conhecimento de todos vocês, porque quem é gestor sabe o que está fazendo e, portanto, poderá responder.

Farei três perguntas gerais, para todos vocês que aqui estão com a tarefa de nos responder. Depois, vou fazer algumas perguntas específicas para o Secretário de Defesa Social, que será ouvido em primeiro lugar, porque ontem nos fez o pedido de que o liberasse, porque ele está com o Ministério da Justiça aqui e precisa dar uma atenção ao Ministério, em função desse projeto piloto que está sendo construído para o Estado de Alagoas e não queremos que o projeto seja prejudicado. Ele é importante para o Estado, para a população e para as mulheres.

Iniciando as nossas perguntas:

Que políticas públicas destinadas às mulheres estão sendo executadas pelas Secretarias de Defesa Social, Saúde, Políticas para as Mulheres, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública? Isso é, como a instituição incluir em seu plano de trabalho a transversalidade de gênero, raça e etnia, idade e deficiências?

Qual o orçamento que cada pasta ou instituição tem para implementação das políticas de gênero? Por exemplo, para a ampliação da rede, de toda a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, delegacias, centros de referências, casa abrigo. Queremos saber qual o orçamento destinado para cada instituição, para que dê conta dessa rede de atendimento. Para contratação e capacitação de pessoal, enfim, todo esse aparato que dá sustentação aio atendimento.

Nessa questão específica do orçamento, vou fazer uma pergunta específica para o Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. Com relação ao Poder Judiciário, qual o plano de expansão dos juizados para a capital e interior? E dotação de equipe técnica para dar conta dos inúmeros processos de violência doméstica que tramitam na Vara Especializada e nas Varas adaptadas?

Ao Ministério Público, Dr. Sérgio:

Por que a Promotoria Especializada não funciona no espaço do juizado especializado? Há proposta de criação de promotorias especializadas nos demais Municípios?

À Defensoria Pública, Dr. Eduardo:

Quantos núcleos especializados existem no interior? Qual a política e orçamento para a sua expansão?

A terceira pergunta é dirigida a todos vocês:

Como é feita a articulação entre a Secretaria da Mulher e as demais instituições para a execução do pacto nacional pelo enfrentamento da violência contra a mulher?

Essas perguntas estão direcionadas a todos vocês, em particular; algumas para o Ministério Público, Defensoria e o Juizado. Para as demais secretarias, vou perguntar depois.

Agora, passo para a Secretaria de Defesa Social, ao Dr. Dário César, porque vamos ouvi-lo primeiro. Depois, ouviremos as demais pessoas.

Dr. Dário, o pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra mulher prevê uma série de ações a serem coordenadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, entre elas a capacitação de agentes públicos das áreas de Justiça, Segurança Pública, Assistência Social, Educação e Saúde, de todos os 120 Municípios do Estado. Como está o processo de capacitação? Quantos profissionais de cada área já foram capacitados?

A segunda pergunta: a realização de duas ações integradas no Presídio Feminino Santa Luzia, elas foram realizadas? Quantas mulheres em situação de prisão foram beneficiadas? Essas ações estão previstas no Pacto de Enfrentamento à Violência contra Mulher, então, são duas ações a serem realizadas no presídio.

Terceira pergunta para o Dr. Dário, como é o processo de escolha dos profissionais que vão atuar da DEAM? São analisadas a aptidão e as características pessoais do candidato ou candidata, como o envolvimento com a causa, a falta de preconceito de gênero, o conhecimento da Lei Maria da Pena, a sensibilidade e a capacidade para ouvir as mulheres? Qual a estrutura do IML para o atendimento ás mulheres? Os profissionais foram capacitados para atendê-las? Há protocolo de atendimento nas Delegacias da Mulher?

Como mencionado, estivemos em visita, ontem à tarde, à Delegacia da Mulher de Maceió, que estava fechado, como disse, em virtude do plantão do dia anterior. Observamos que o espaço não está adequado ao atendimento humanizado e acolhedor às mulheres. Não há número de policiais nem delegadas suficientes e a capacitação dos servidores está aquém do que é esperado para uma delegacia dessa natureza. Quem for lá, quem conhece sabe como funciona.

Quero aqui, brevemente, fazer um relato do que houve ontem. Quando chegamos, a irmã de uma vítima estava lá para ser atendida e não havia nenhum profissional para ouvi-la. A Delegada estava lá porque estava nos esperando, mas se encontrava em uma sala, e o policial, que, na verdade é o vigia, quem toma conta do prédio, que a recebeu e disse que não poderia acolher a sua denúncia, porque não havia ninguém para receber e estava encaminha, tentando a ir a outra delegacia.

É importante fazer esse registro porque essa mulher disse que a irmã dela estava sendo ameaça de morte pelo ex-marido e também a mãe dela estava sendo ameaçada de morte. As duas estavam escondidas, foragidas em um dos bairros da cidade de Maceió. Então, é importante levantar esse caso porque, se essa mulher não encontrasse conosco ontem, se nós tivéssemos chegado naquela hora, ela não teria feito o registro da sua queixa. Ela só foi encaminhada porque pedimos à delegada que a atendesse que aguardaríamos, que era para atendê-la e orientá-la. Ela teve de ir de táxi, porque a delegada pagou um táxi para que ela fosse até a outra delegacia, uma vez que não havia carro para levá-la. Não havia ninguém para levá-la. Havia um carro da delegacia estacionado em frente, mas não havia ninguém para guiar o carro.

É importante observar o mal que faz às mulheres o fato de a delegacia estar fechada durante o dia.

Diante disso, Secretário, quero fazer as seguintes perguntas: em que prazos serão destinados mais profissionais à delegacia? Pelo que me consta, a delegada também está grávida. Daqui a pouco, ela ganha bebê, entra de licença maternidade e quem vai substituí-la?

Outras perguntas: por que houve uma diminuição no quadro da Delegacia, que antes contava com duas delegadas e equipes com maior número de profissionais? Quando serão destinados mais profissionais às Delegacias da Mulher? Considerando que Arapiraca é o Município mais violento do Estado, em que prazo a Delegacia da Mulher desse Município passará a funcionar 24 horas? No Plano de Enfrentamento à Violência que está sendo gestado neste momento e contará com o capítulo sobre a violência contra a mulher, existe a previsão de ampliação das delegacias ou núcleos especializados no interior do Estado?

São essas as perguntas sobre as quais gostaria que o Secretário se manifestasse.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretário, gostaríamos de registrar que já se encontra entre nós a outra autora do requerimento, a Deputada Célia.

Também queremos informar àquelas pessoas que queriam denunciar casos individuais que a equipe já está a postos, inclusive já iniciou a escuta de uma senhora que deseja denunciar o desaparecimento de seu filho.

Devo dizer ao Dr. Dário que ele disporá de até 20 minutos para os seus esclarecimentos. Desde já agradecemos a ginástica que o senhor fez para atender ao Ministério da Justiça e à CPMI.

**O SR. DÁRIO CÉSAR BARROS CAVALCANTE** – Exma. Sra. Presidente da CPMI, Deputada Jô Moraes, Exma. Sra. Vice-Presidente, Deputada Federal Keiko, Relatora, Senadora Ana Rita, Deputada Rosinha Da Adefal, Deputada Célia Rocha, Deputado Marina Santanna, Deputado Judson Cabral, Deputada Patrícia Sampaio, Vereadora Tereza Nelma, senhoras, senhores, jornalistas aqui presentes, eu queria saudar a todas as senhoras em nome da Secretária da Superintendência da Mulher, da Secretaria da Mulher, a nossa amiga, Sra. Solange Viegas, que estou está aniversariamente, acho que este não haveria momento mais propício para o aniversário, Superintendente da Mulher, do que hoje, neste momento, estando com todos nós.

Eu também quero aproveitar, Sra. Presidente, Sra. Relatora, para agradecer a oportunidade de ser o primeiro, porque estamos reunidos estamos reunidos no Palácio do Governo com técnicos do Ministério da Justiça desde oito horas. Sai de lá agora. Não tivemos tempo para almoçar e vamos voltar para lá daqui a pouco para dar continuidade a esse trabalho.

Como foi explicado, temos que dar continuidade ao projeto do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência, que terá Alagoas como modelo para o Brasil.

Para não me alongar mais, em razão do tempo, eu vou direito ao assunto e às respostas das perguntas que me foram apresentadas.

Inicialmente, Sra. Relatora, temos, em Alagoas, uma situação que é conhecida no Brasil. V. Exa. citou, por vezes, o Instituto Sangari, aquele que coleta os números do Datasus, do SIM, para fazer o *ranking* dos homicídios no Brasil.

Se V. Exa. consultar a página 89 do relatório de 2012 – já publica de forma digital, não há ainda impresso –, desde 2006 ocupamos a primeira colocação no Brasil em número de homicídios. Nós, infelizmente, em 1999, segundo, também, esse mesmo instituto, ocupávamos a 11ª posição no Brasil em número de homicídios. Eram 20,3 homicídios por cem mil, como aqui foi colocado, na média nacional. Depois de sete anos, nós elevamos, triplicamos, chegamos a quase 60 homicídios por cem mil e de lá para cá, não mais perdemos o primeiro lugar nesse *ranking*.

Isso aconteceu de 2007 para cá. Estamos assim desde chegamos, em 2006, a essa posição.

Não vou entrar em detalhes, quanto ao por que e quais as razões levaram a isso, de modo algum, porque também é sabido por todos, mas nós temos, dentro desse universo, infelizmente, também, de um número alto de mulheres assassinadas, vítimas dessa violência. Assim, esse número gigantesco nos preocupa. Quem anda – tenho dito sempre – pelas ruas de Maceió não percebe a violência que lá está relacionada e elencada nesses estudos, nesses relatórios.

Recentemente – isso desde o ano passado –, assumimos a Secretaria de Assistência Social, o Governador, junto a Brasília, conseguiu que trouxéssemos para Alagoas o primeiro Colóquio Nacional de Experiências Exitosas no Combate à Criminalidade. Vieram para cá o Ministro da Justiça e diversas autoridades do assunto, para mostrar alguns exemplos que estavam sendo bem sucedidos no Brasil nesse enfrentamento.

Naquele instante, em março do ano passado, acordamos todos fazer um dever de casa em Alagoas. Esse dever de casa leva em conta algumas metas, alguns temas estruturantes e necessários para a mudança desse quadro.

Estamos trabalhando e construímos essa meta. Contudo, os números do dia a dia exigem ação imediata, para que possamos diminuir, de forma abrupta esse quadro. Tanto que, naturalmente, em contato direto com Brasília, já por várias vezes essas reuniões com o Ministério da Justiça... Na semana passada, a Presidente Dilma autorizou que o Governador do Estado e eu fôssemos a Brasília e sentássemos com a Ministra Gleisi Hoffmann e com o Ministro da Justiça Eduardo para que nós pudéssemos construir juntos um plano de impacto para o enfrentamento da violência em Alagoas, para vencer esse momento gravoso. Assim foi feito, passamos dois dias em Brasília e é isso que nós estamos construindo aqui para segunda-feira voltarmos lá e fecharmos esse plano.

Mas, no que pertine às perguntas que foram aqui elencadas, eu queria ir diretamente a elas.

A capacitação de agentes públicos na área de Justiça e segurança pública de todos os 102 municípios – são 102 Municípios, só faço essa observação... Como está o processo de capacitação? Nós temos capacitação continuada com apoio de uma secretaria que é pioneira no Brasil, a Secretaria da Mulher, que está aqui representada pela Secretária Kátia Born e pela Superintendente Solange Viegas. Elas podem, inclusive, detalhar quantas pessoas estão sendo capacitadas, quantos servidores nossos, funcionários da Polícia Militar, da Polícia Civil, agentes penitenciários já têm participado e terminado esse curso.

Cito a realização de duas ações integradas no presídio feminino de Santa Luzia – aqui em Alagoas, o presídio também está no nosso cabide, está no cabide da Defesa Social. Então, quantas mulheres em situação de prisão foram beneficiadas? Nós temos hoje no sistema prisional 149 ou 150 mulheres presas em Alagoas. Nosso presídio é, ainda... Nesse sistema prisional, nós temos, desse número – e aí nos preocupa –, nós temos só vinte e poucas mulheres, 23 ou 24, que estão cumprindo pena, porque as demais ainda são presas provisórias, e há muitas que estão há muito tempo no presídio, ainda sem julgamento definitivo. Essa é uma preocupação, porque nesse local, nesse ambiente, há uma rotatividade muito grande, porque são presas provisórias em sua grande maioria. Mesmo assim, com agentes penitenciárias femininas e com as reeducandas, nós estamos trabalhando nessas ações integradas.

Queria pedir à senhora aqui neste momento, como não há um representante do sistema prisional, o chefe, para responder exatamente com os números com relação a essa segunda indagação, remeter para a senhora nesse prazo de uma semana. Aliás, não vai ser preciso, porque hoje mesmo eu tenho, daqui a pouco, esses números.

Com relação ao processo de escolha de profissionais, que é o terceiro item, para a delegacia das mulheres. Esse processo... Primeiro: nós escolhemos pessoas, obviamente, que tenham a possibilidade de fazer esse atendimento com os cuidados e com o zelo que a necessidade impõe. Temos sempre recaído no caso de mulheres delegadas. Nós hoje temos três delegacias de mulheres aqui em Maceió. Nós temos duas delegadas na capital, duas delegacias e também uma em Arapiraca.

Eu recebi aqui a informação pronta da Secretaria da Mulher – não vou precisar pedir o prazo –: são 160 profissionais de segurança no item 2, capacitados pela Secretaria da Mulher, profissionais nossos capacitados pela Secretaria da Mulher. São profissionais nossos, porque é uma parceria, e quem coordena essa capacitação é exatamente a Secretaria da Mulher.

Bom, com relação a esse perfil, o que é pedido e o que é exigido é que sejam profissionais preferencialmente do sexo feminino e que tenham essa condição de atuar nessa área. Por incrível que pareça – é importante colocar isso, as pessoas não têm essa leitura fora –, nós tivemos uma delegada nossa, delegada da mulher, que foi premiada com uma viagem aos Estados Unidos como prêmio pelo melhor desempenho entre todos os delegados do Estado de Alagoas no ano passado. Temos hoje aqui em Maceió duas delegacias que estão mais bem ranqueadas no número de envios de inquéritos para a Justiça, exatamente as delegacias de mulheres da capital.

Está aqui presente a delegada Tereza e a delegada Paula Mercês, que está gestante – está chegando, porque tinha de tomar uma medicação, está vindo. Ah, está ali a delegada Paula Mercês. Então, quero parabenizá-las, porque essas delegadas são as primeiras colocadas no *ranking* de envio de inquéritos para o Ministério Público e para o Judiciário hoje, o que mostra a capacidade que elas têm para ocupar tal função.

Com relação aos profissionais na delegacia. Estou sendo rápido, mas peço que fiquem à vontade para depois inquirirem. Estou agindo assim para poder respeitar o tempo, Deputada.

Houve uma diminuição no quadro da delegacia da mulher – é a primeira pergunta da outra página. Essa pergunta eu respondo de forma pronta, objetiva: é em razão de em onze anos não termos tido concurso para delegados, escrivães ou agentes policiais na Polícia Civil. Durante onze anos não tivemos o concurso, e não foi por falta de vontade, foi exatamente por tudo aquilo que o Sr. Governador explicou às senhoras ontem: nossa limitação orçamentária. Mas este ano o Sr. Governador determinou que nós tivéssemos concurso prioritariamente para a segurança pública e para a Polícia Civil. Nós estaremos agora, com a fundação Cespe – o processo se encerrou esta semana –, neste mês de junho, lançando o edital para o concurso para delegadas, agentes e escrivães para a delegacia da mulher, para a delegacia em geral. E faço um apelo aqui às senhoras: que aproveitem esse momento aquelas que quiserem engrossar nossos quadros. Além da capacidade das senhoras, a sensibilidade das senhoras muito ajudará a gente nesse processo. A sociedade contribuirá muito se nós tivermos mais policiais femininas, na Polícia Militar, na Polícia Judiciária. E como teremos concurso para a Polícia Militar e para Polícia Judiciária agora – neste mês de junho será lançado o edital –, eu conclamo aquelas que quiserem ajudar. Então, Vereadora, por favor, faça campanha em prol dessas inscrições.

Nós tivemos aqui também uma pergunta...

Então, por isso, Sra. Deputada, nós tivemos que... Nós tínhamos anteriormente uma delegada e mais uma delegada adjunta. Aí, o que acontece? Com essa diminuição... Nós temos 102 municípios e, com o quadro pequeno de delegados, nós tivemos de diminuir, só deixando a delegada titular. Com relação à delegada Paula Mercês, que fará muita falta no período em que vai ter a criança: nós iremos substituí-la para que seu belo trabalho possa ter continuidade – fiquem tranquilas com relação a isso – à altura do trabalho que ela vem bem desempenhando.

Arapiraca, como está aqui escrito, é o município mais violento no que diz respeito à violência contra a mulher. Eu quero dizer às senhoras o seguinte. Está aqui a nossa Deputada Célia Rocha, que já foi prefeita de Arapiraca, conhece como poucos a realidade do município do agreste alagoano de nosso Estado. Arapiraca hoje ocupa o 11º lugar no Brasil em número de homicídios no geral. Maceió ocupa o 9º lugar. Ou seja, nós temos ações concentradas em Maceió e em Arapiraca para que isso seja revertido. Arapiraca é uma preocupação por causa disso.

Mas já que o assunto aqui é delegacia, eu quero retificar uma fala da Senadora Ana Rita feita agora há pouco. Eu quero retificar uma fala da senhora, mas não foi a senhora que se equivocou, fui eu que me equivoquei ontem quando falei na reunião que iniciamos com o Governador que em quinze dias nós teríamos as delegacias da mulher em Maceió fora dessa escala de plantão, para que se possibilitasse a essas delegacias ficarem trabalhando no expediente normal. Eu quero fazer uma retificação: não só a delegacia de Maceió, mas também a de Arapiraca ficará fora desse plantão, isso nós já acertamos hoje. Então, é importante retificarmos isso, porque nós queremos deixar as delegadas que tratam dos crimes violentos contra as mulheres livres para que possam fazer investigações. Então, peço desculpas, porque eu errei e a senhora reproduziu o meu erro, Senadora. Quero pedir desculpas à senhora, eu tinha de fazer essa correção aqui.

Bom, também nós queremos dizer que nós temos hoje –, estamos em fase de instalação – três espaços em três delegacias municipais do interior, Maragogi, São Miguel dos Campos e Delmiro Gouveia, três espaços onde serão instalados três núcleos de atendimento à mulher. São locais com ar refrigerado, com espaço reservado ao atendimento à mulher. Estamos já trabalhando nesses espaços e, neste segundo semestre, esses espaços estarão prontos. Nós teremos também um veículo em cada um desses locais destinados só ao atendimento às mulheres vítimas da violência. Além disso, quando esse concurso chegar ao seu fim, essa formação desses profissionais for concluída, nós iremos implantar as delegacias da mulher em União dos Palmares e na cidade de São Miguel dos Campos, porque são duas das cidades onde temos maiores problemas de violência contra a mulher.

Além disso, Sra. Deputada, Sras. Senadoras, Srs. Membros da CPI, nós entendemos que nós temos de virar essa página, porque Alagoas tem uma história machista, tem uma história coronelista, e isso se reflete nessas ações que são apontadas, que são feitas diariamente contra a mulher. Por isso que nossas forças policiais... Nós capacitamos e estamos empenhados em capacitar para que nós possamos fazer cm que essas forças policiais estejam à altura dessa necessidade.

Recebi também a informação agora de que os profissionais do sistema prisional... As 149 presas que lá tínhamos até agora há pouco... E como eu disse, também agora há pouco, que há uma rotatividade muito grande em razão de só 1/3 serem presos definitivos e os demais provisórios, essas 149 presas, das quais 135 condenadas, nós já capacitamos essas pessoas para que elas pudessem lidar com aquilo que... Se as senhoras aqui são vítimas, são passíveis de serem vítimas de violência, imaginem alguém que já está presa por ter um relacionamento muitas vezes, ou por ter sido vítima, ou por ter se colocado no mundo do crime. Então, é importante dizer que hoje todas aquelas senhoras que lá estão também já foram capacitadas pela Secretaria da Mulher, estou aqui com essa informação. Agradeço mais uma vez à aniversariante do dia pela informação.

Por fim, nesse plano de enfrentamento ao crime que se está fazendo, ao crime violento no Brasil, e tendo Alagoas como piloto, como foi colocado ontem pelo Sr. Governador, haverá, sim, um capítulo à parte para que possam ser tratados os crimes violentos contra as mulheres, e esse capítulo está sendo construído, como foi hoje de manhã, e vamos continuar hoje à tarde porque, como disse a senhora ontem e hoje ficou aqui claro, eu tenho de voltar lá para continuar esse trabalho de construção conjunta. Está previsto, por sugestão do Sr. Governador, um capítulo destinado á questão da violência contra a mulher nesse programa nosso que vamos lançar.

Quanto aos quinze dias, Sra. Senadora, eu também quero fazer uma retificação. O projeto, que inicialmente era quinze dias, deve ser uns dezoito dias. Então, nesse momento do lançamento, é que a delegacia vai ficar, está certo. É só para fazer a retificação, porque nós iremos... As delegadas irão deixar de concorrer à escala comum no momento em que houver o lançamento desse programa, porque nós iremos lançar também um departamento de homicídios e iremos fazer um remanejamento e, por conta disso, nós teremos mais uns três dias além daquele prazo de quinze dias, que é a data do Governo Federal, que vem lançar o PAS aqui, para se adequar a um problema que está havendo. No Brasil, daqui a uns dias, teremos a Rio+20, e o Ministério da Justiça está todo envolvido com a Rio+20 e eles só podem vir lançar esse plano após a Rio+20.

Bom, dizendo isso, eu me coloco à disposição e agradeço a oportunidade de estar aqui junto com as senhoras. Quero também dizer que a nossa delegada Kátia Emanuelle, aquela linda gestante que está ali, é diretora adjunta nossa de políticas de segurança pública. Ela ficará aqui à tarde pelo tempo necessário e responderá tudo o que for necessário, porque ela tem autoridade para isso. Ela é esse elo entre a Secretaria da Mulher e as demais secretarias, nessas ações vinculadas para o enfrentamento dos crimes violentos contra as mulheres.

Era isso.

Estou aqui à disposição.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós queremos agradecer ao Secretário de Defesa Social por ter estado presente, sobretudo cumprindo aquilo que a Constituição indica aos servidores públicos. Nós fazemos esse reconhecimento porque muitos não reconhecem esse dever constitucional. Desde já liberamos o senhor, porque o desafio de enfrentar a violência como um todo no Estado de Alagoas é fundamental. Sabemos que a nossa Delegada Adjunta ficará e a Senadora. Algumas outras questões que ficaram pendentes, também das demais Parlamentares, serão registradas pela Delegada Kátia Emanuelle para que o senhor, em sete dias, possa responder. Mais uma vez, nós agradecemos.

Passaremos agora a inquirir outra autoridade.

**O SR. DÁRIO CÉSAR BARROS CAVALCANTE** – Eu que agradeço a oportunidade de estar próximo, contribuindo com esse brilhante trabalho. Estamos à disposição em Alagoas. Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada, Secretário.

Neste momento, vamos voltar a palavra para a nossa Relatora, Senadora Ana Rita, que colocará as questões para nossa Secretária de Direitos Humanos e de Mulheres, querida Kátia Born, que será inquirida pela nossa Senadora agora e depois ocupará o espaço da fala.

Senadora.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Secretária Kátia, lembro-a das perguntas que nós fizemos inicialmente, que são mais gerais. O Secretário não as abordou, mas elas são gerais e acho que é importante o Governo se manifestar. Se a senhora puder também fazer menção àquelas perguntas iniciais, é importante.

Vou fazer agora algumas perguntas mais específicas à Secretaria da Mulher. Em 2010, o Estado recebeu mais de R$1,3 milhão da SPM, da Presidência da República, para implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Em que fase se encontra a execução das ações previstas no pacto? Seria uma abordagem de como está o andamento do pacto aqui no Estado, se as ações previstas estão em andamento e em que fase estão.

Entre essas ações, está prevista a criação de centros de referência no interior. Alguns desses centros já estão em funcionamento?

Como está a campanha de divulgação das ações do pacto?

Como se dá a articulação entre a Secretaria e as demais instituições e serviços da rede?

Qual o orçamento anual da Secretaria da Mulher e, deste, quanto provém do Estado? O orçamento-geral, anual, o que vem do Governo do Estado e do Governo Federal, e especificamente quanto vem do Governo do Estado.

Como são articuladas as ações do projeto integral base com os Municípios polo?

A Câmara Técnica estadual está em funcionamento? Quantas reuniões foram realizadas em 2011? Se possível, de 2012 também.

É isso, Sra. Secretária. Gostaríamos de ouvi-la.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A Sra. Secretária Kátia Born disporá de até 20 minutos.

Enquanto ela se dirige, eu queria registrar a presença da Sra. Albani Silva, do Sinteal; de Maria Edvânia, do Cesmac; Claudia Petuba, da União Brasileira de Mulheres; Adriana Alves, do Cesmac; Alda Maria Toledo, da Unidade de Saúde Catarina Porto; Letícia Celina, do Cesmac; Daiane Faria, do Cesmac; Maria Caetano da Silva, do Cesmac; Andréa Pacheco, da Organização Maria Maria; Dra. Luciana Vieira, Defensora Pública; Celiane de Figueiredo Cavalcanti, psicóloga do Centro de Referência da Violência Doméstica, que tão bem nos recebeu hoje, e nós continuaremos os registros.

Kátia Born.

**A SRA. KÁTIA BORN** – Primeiro, eu queria saudar todas as mulheres aqui, estudantes, professores, Vereadora Tereza Nelma, Dr. Paulo, Dr. Sérgio, Solange, as delegadas, os homens aqui presentes, na pessoa do nosso querido Presidente do PT, Joaquim Brito, nossa querida Vanda, e agora vou saudar a Mesa, a Jô Moraes, que continua na sua luta incansável. Há mais de 30 anos que a gente briga pelas mulheres, e agora, que bom que está você aí, e eu aqui, tendo que lhe obedecer, e obedeço com todo o prazer. Então, seja bem-vinda ao nosso Estado. O seu partido, que sempre militou... Aliás, Solange era militante do seu partido, o PCdoB, quando eu a conheci, há 30 anos. Então, hoje nós temos essa luta incansável.

Senadora Ana Rita, é uma honra, um prazer tê-la em nosso Estado, assim como a Deputada Marina, a Deputada Keiko, nossas duas maravilhosas Deputadas Rosinha e essa danada dessa Celia, que é uma incansável sertaneja, e a Deputada Patrícia.

A Senadora fez algumas perguntas. Nós fizemos uma apresentação ali, Senadora, e depois eu vou entregar já essa apresentação a V. Exa.. Então, nessa apresentação... Muita gente aqui não conhece toda a rede que nós estamos montando, e a gente vai apresentar porque você toca em alguns pontos aqui. Temos outros pontos. Temos um projeto que nós aprovamos em seis Municípios e mais 92 Municípios, que vai ser uma rede de informações do Estado de Alagoas, e agora nós estamos preparando 1.100 mulheres com um projeto do Governo Federal, junto com o Governo estadual; estamos preparando a rede e já conseguimos recursos para montar isso. Estamos preparando as pessoas e vamos montar essa rede. E estamos conseguindo também US$1,5 milhão agora para montar o observatório em Alagoas. Então, com essa rede, com esse observatório e essas pessoas que nós estamos preparando, se uma mulher for agredida lá do outro lado do Estado, em Delmiro Gouveia, que é o mais longínquo, toda a rede pode se preparar com ações no Twitter, porque eu não acredito que nós vamos resolver a questão da mulher só com a questão da delegacia, do centro, não. Ou a gente faz uma grande mobilização nacional, com campanhas educativas...

Uma coisa que está surpreendendo a gente, Deputada Keiko: nós estamos fazendo um mutirão contra a violência. Fizemos em São Miguel dos Campos, que é uma cidade de violência, e esta semana fizemos em Benedito Bentes. Eu cheguei 8h e nada, não havia ninguém. Eu disse: “Solange, que coisa mais fraca.” Aí começamos com carro de som no ponto de ônibus, localizando as mulheres. Daqui a pouco, estava uma multidão, as mulheres dizendo, estava Alessandro lá: “Eu desliguei o meu feijão e vim dizer que com essa tal de Lei Maria da Penha que vocês criaram, o marido da minha filha deixou de bater nela, e se ele bater nós vamos para a delegacia.” Então, que lhe parece, Senadora?

A gente tem que botar mais recurso no orçamento do Estado, do Município e do Governo Federal, nas campanhas, para, em qualquer lugar deste País, numa região rural, estar lá a mulher com a Lei Maria da Penha. Do ano passado para cá, com recursos próprios, Jô, já fizemos 60 mil cópias da Lei Maria da Penha, já mandei pedir mais 10 mil cópias da Lei Maria da Penha à Petrobras, chegaram umas três, mandamos fazer esse panfleto que vou lhe entregar aqui, mais 20 mil panfletos desses, e o material está acabando. Eu acho que essa mobilização, essa conscientização de homens e de mulheres... E aí é preciso que a Delegacia da Mulher... Eu acho que o Secretário Dário, ontem, junto com o Governador... E vocês duas fizeram belas provocações ao Governo do Estado. O Governo, tão preocupado com a questão da violência de uma forma geral, e a vinda de vocês ajuda a gente. E aqui é independente de partido político. Eu sou do PSB, Tereza é do PSDB. Quem está do PT aqui? Edna é do PT. Quem está do PCdoB? Tem uma estudante ali. A Claudia está aqui. Deve ter gente do DEM. Então, eu acho que essa luta não é só do Governo do Estado, nem da Prefeitura. Essa é uma luta da sociedade. Os movimentos sociais... Muitos dos partidos nossos chegaram ao poder e os movimentos sociais de mulheres se afastaram da luta política, se afastaram. Cada um está cuidando das suas coisas. E a gente não está conseguindo fazer aquilo que a gente deveria fazer na prática, que é a mobilização social. Então, eu queria que a Solange apresentasse...

Eu tenho dez minutos ainda. É isso?

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – É. Eu gostaria...

**A SRA. KÁTIA BORN** – Eu queria que a Solange apresentasse...

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Secretária, como nós fizemos algumas perguntas, é bom que a fala de vocês se detenha nas respostas das perguntas, porque senão o tempo passa e as respostas não vêm.

**A SRA. KÁTIA BORN** – A resposta vem porque nós vamos apresentar a rede. As perguntas que V. Exa. fez são várias ações, uma ação depende da outra.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Nós queremos ouvir.

**A SRA. KÁTIA BORN** – Então, eu queria que a Solange Viegas fizesse a apresentação da nossa rede porque, dentro dessa rede, se houver alguma observação que não foi respondida, nós estamos encaminhando o nosso documento a V. Exa., e aí a gente complementa.

Solange.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Para que seja registrado o uso da palavra: Sra. Solange...

**A SRA. SOLANGE VIEGAS** – Solange Viegas, Superintendente de Políticas e Promoção dos Direitos da Mulher.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

**A SRA. SOLANGE VIEGAS** – A gente vai responder, Senadora, dentro do trabalho que estamos fazendo, o passo a passo do trabalho que estamos fazendo.

Boa tarde a todas e a todos, Presidente Jô Moraes, Senadora Ana Rita e demais componentes da Mesa.

Eu queria colocar só alguns dados demográficos do Estado, a população do Estado. Nós somos, as mulheres, 51% da população do Estado e 5,9% do Nordeste.

Pode passar.

Aquele é o dado que a SPM nos apresentou. A evolução do nosso crescimento no Disque 180 vem de uma evolução. Até 2011, de 2007 a 2011, tivemos 33 denúncias pelo 180.

Pode passar.

Isso aí é o gráfico do crescimento de Alagoas, aquele azul mais escuro. A gente só teve um breve... Caiu um pouco de 2010 para 2011.

Pode passar.

Quanto à taxa de homicídios no Brasil, a média é 4,4%, e, como a Senadora Ana Rita disse, o Estado de Alagoas, para cada 100 mil alagoanos, teve uma taxa, em 2011, de 8,3%.

Pode passar.

Ali está mostrando, Espírito Santo com 9,4%, Alagoas com 8,3% e o Piauí, que é o menor, com 2,5%, e a média do Brasil, 4,4%. Então, nós estamos acima da média nacional nos homicídios de mulheres para cada 100 mil habitantes.

Pode passar.

E o que nos preocupa aí é que em Alagoas, o segundo ali, o crescimento é de 59%, e no Espírito Santo, que é o maior, é menos 13%. Então, isso nos inquieta, porque a gente tem de ter um trabalho mais efetivo para a gente não ficar com esse gráfico tão cruel para o Estado de Alagoas na questão da violência contra a mulher.

Esses são os dados que a Secretaria de Defesa Social nos passou, o número de ocorrência nas delegacias, nas três DEAMs, 2008, 2010, 2011, 2008 a 2011, e os homicídios em números absolutos, que tem um crescimento grande. Em 2008, nós tínhamos 86 homicídios, mulheres vítimas de homicídios; em 2011, 142. Isso bate direitinho com os 8,3% de mulheres para cada 100 mil habitantes, de homicídios de mulheres para cada 100 mil habitantes.

O que estamos fazendo? Senadora Ana Rita, as nossas respostas: o Estado assinou o pacto nacional, assinou o termo de cooperação em 2009; foram 20 Municípios que assinaram o pacto, sendo cinco Municípios polo: Maceió, São Miguel dos Campos, Delmiro Gouveia, Maragogi e Arapiraca.

A Câmara Técnica somente foi instituída no dia 28 de abril de 2011. Nós não temos muita diferença dos outros Estados, e a instalamos no início deste ano, em março de 2012, porque 2010, nós passamos o ano todo nos trabalhos da conferência estadual para levarmos as delegadas para a conferência nacional. Então, foi um ano de poucos recursos, nós não recebemos recursos para executar os trabalhos da conferência estadual, equipe pequena, e nossa atenção toda foi para trabalharmos na execução de todos os trabalhos, passo a passo, para a conferência nacional.

Pode passar.

O que estamos fazendo, então, Dr. Pedro Montenegro? Primeiro, os projetos em que trabalhamos e que negociamos com a SPM em 2010, e os recursos chegaram em 2011. Capacitação dos profissionais do Presídio Santa Luzia. São cem profissionais que, neste momento – o projeto começou semana passada – estão sendo capacitados na questão de ter um trabalho tanto para eles, na sua cidadania, como num acompanhamento e num tratamento mais humanizado com as nossas reeducandas do Presídio Feminino Santa Luzia. O projeto começou na semana passada.

Eu estou num trabalho de contratação de equipe, contratação de capacitadores. É complicado o trabalho de contratação de capacitadores porque uma portaria interministerial, acho que o número é 27, se não me engano, proíbe que, no Estado, os projetos contratem professores de universidade, qualquer pessoa que tenha vínculo com o Estado, com o Município e com a União. Então, buscar esses capacitadores é um processo que demora, mas começamos o curso.

Outro projeto: capacitação de mulheres quilombola. Estamos com um processo de contratação da equipe, o edital para contratação da equipe chegou da PGE semana passada, e semana que vem estaremos lançando o edital para a contratação da equipe de capacitação das mulheres quilombola. São cem mulheres quilombola que serão capacitadas em gênero, raça, violência e enfrentamento da feminilização da AIDS.

Esse é um projeto extremamente interessante. Tivemos a ajuda da Profa. Cida, da Universidade Federal de Alagoas, que nos ajudou na elaboração desse projeto.

Capacitação dos profissionais do serviço especializado da rede de atendimento à mulher do Estado de Alagoas. Nesse projeto, nós iremos capacitar 950 profissionais. Começamos na rede de atendimento, onde nós estamos trabalhando com cem pessoas sendo capacitadas, começamos semana passada. Ontem e hoje... Terça e quarta foi em Arapiraca, quinta e sexta em Maceió. São cem profissionais que estão sendo capacitados em Maceió da rede de atendimento e 80 profissionais estão sendo capacitados em Arapiraca, pegando toda a região do agreste do sertão. Em Maceió, pegando litoral norte, zona da mata e a metropolitana de Maceió.

Em Agosto, nós temos uma capacitação para 800 profissionais da rede de enfrentamento. Aí vamos pegar toda a rede de enfrentamento, a cultura, a educação, a saúde, a assistência. Então, em agosto e setembro trabalharemos todos os profissionais, e a meta que a gente tem é de atingir 900 profissionais da rede para esse projeto com a SPM.

Pode passar.

Instalação dos três Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, também do convênio de 2010. Com uma parte dos recursos, liberados em 2011, nós estamos com todos os equipamentos de Maceió e de Arapiraca já comprados, e o problema está na questão do aluguel das casas. E o de Maragogi, os recursos ainda não foram liberados.

Informatização da rede de atendimento à mulher vítima de violência. Esse é um projeto já de 2011. Os recursos para esse projeto não foram liberados ainda. Convênios assinados, o convênio chegou, mas os recursos ainda não foram liberados.

Nesse projeto, vamos trabalhar, em princípio, com os cinco Municípios polo, Maceió, Arapiraca, Delmiro, Maragogi e São Miguel dos Campos, e ele será complementado, como a Secretária Kátia falou, com um projeto que conseguimos colocar num financiamento do Estado com o Banco Mundial, uma luta nossa, da Secretaria da Mulher, junto ao Governador do Estado e Secretaria de Planejamento. Vai ser em torno de US$1,7 milhão. Aí sim, a gente vai complementar e informatizar todos os Municípios, toda a nossa rede de atendimento dos Municípios alagoanos.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Solange, você fez uma fala, e eu teria duas questões para fazer antes que você prossiga.

Na sua fala, você mencionou que são poucas pessoas na Secretaria. Eu queria que você dissesse quantos profissionais tem a Secretaria.

E outra pergunta, porque agora você está falando sobre os recursos, que os recursos não foram liberados, então, minha pergunta é: qual é o problema? O problema é na SPM ou o problema foi aqui? E qual foi o problema?

**A SRA. SOLANGE VIEGAS** – Não, não tem nada daqui; o problema é da SPM na liberação dos recursos. Ela está liberando... Desde quando ela vai recebendo, ela tem orçamento, ela vai liberando para os Estados. A gente não tem problema com a SPM.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Está faltando alguma coisa daqui para lá em termos de documento, alguma coisa?

**A SRA. SOLANGE VIEGAS** – Não, nada, nenhuma documentação. Nem uma documentação. E a nossa equipe é uma equipe que está aqui, é uma equipe de oito pessoas. Nós estamos trabalhando especificamente na Superintendência da Mulher.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Isso na Superintendência da Mulher.

**A SRA. SOLANGE VIEGAS** – Na Superintendência da Mulher. São oito. A superintendente, duas diretoras e quatro gerentes, mais três profissionais... Sete pessoas, mais duas pessoas que são do quadro do Estado. Isso é a equipe que está o tempo todo, mas temos a contratação de equipe via convênios. Então, convênio de capacitação da rede de atendimento...

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Cinco minutos.

**A SRA. SOLANGE VIEGAS** – ... da rede de atendimento, temos uma equipe de dez pessoas trabalhando especificamente nesse projeto.

Pode passar.

Posso continuar, Senadora Ana Rita?

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Sim.

**A SRA. SOLANGE VIEGAS** – Também ainda negociados, os núcleos de atendimento de que o Secretário Dário César falou. Esse é um projeto nosso com a SPM, a que a Secretaria de Defesa Social está dando todo o apoio.

O recurso desse núcleo este ano já foi liberado e nós já estamos com todos os processos para compra, para licitar a compra de equipamento, para compra de material permanente, para a instalação desse núcleo.

Pode passar.

Campanhas educativas no... Não, pode voltar.

Implantação de duas casas abrigos para mulheres em situação de violência com risco iminente de morte. Essa casa abrigo, vai ser uma em Maceió e outra em Arapiraca. Para esse projeto, também os recursos já foram liberados pela SPM este mês – aliás, em abril.

O mutirão sobre... E temos agora os projetos com recursos próprios, nossos. O mutirão sobre a Lei Maria da Penha nos Municípios alagoanos. Nós estamos trabalhando, fizemos São Miguel dos Campos, União dos Palmares e Benedito Bentes, em Maceió, mas este ano vamos para mais 12 Municípios. Isso é um trabalho de conscientização da população de cada um desses Municípios sobre a importância da Lei Maria da Penha.

Articulação e mobilização para implantação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher dos Municípios alagoanos. É um trabalho que estamos fazendo, primeiramente, com os Municípios polos do pacto, que assinaram o pacto, e depois vamos estender para os outros vinte Municípios do pacto, essa é nossa meta. Este ano nós temos uma meta de trabalhar para a implantação de mais seis Conselhos e vamos, aos poucos... Este ano é um ano difícil, por ser um ano eleitoral, para emplacarmos todos os Conselhos Municipais.

Pode passar.

Complementando os projetos do Governo do Estado, da SPM, nós temos campanhas... Nós ainda também realizamos, em 2011 e 2012, campanhas educativas no enfrentamento da violência contra a mulher com recursos próprios do Estado. Esse trabalho a gente faz no mês de maio e nos dezesseis dias de ativismo em novembro e dezembro. Confecção de todo material, reprodução da Lei Maria da Penha, panfletos, cartazes e camisetas, com que nós trabalhamos. Dá em torno de R$ 100 mil por ano o que gastamos nesse trabalho.

Passe.

Complementando, porque não adianta só trabalharmos com as mulheres alagoanas na área do enfrentamento à violência, temos de trabalhar também na área da autonomia econômica. Então, temos esse projeto de construção civil e autonomia econômica e financeira da mulher alagoana. Esse é um projeto em que conseguimos recursos para capacitar 900 mulheres, com recursos da SPM e do Fundo de Combate à Pobreza do Estado.

O saber tradicional das mulheres quilombolas. Também vamos trabalhar com 120 mulheres quilombolas de três comunidades quilombolas do Estado de Alagoas. Vamos trabalhar o saber delas para dar toda uma capacitação, para incluir todos os seus produtos no mercado.

Passe.

Inclusão sociocultural e produtiva de mulheres rurais do Estado de Alagoas. Isso é um trabalho com o MDA, um convênio que discutimos com o MDA, com um repasse do Banco do Brasil. Vamos trabalhar com 1.300 mulheres, numa parceria com o MDA daqui, de Alagoas, e o Incra. Então, esse trabalho é todo aquele trabalho de documentação, de capacitação para o associativismo e o cooperativismo das mulheres rurais alagoanas e principalmente trabalhar a documentação dessas mulheres rurais alagoanas.

Pronto.

Complementando, os recursos da SPM e do Estado. Estamos em negociação, com os projetos já aprovados, com o Banco Mundial a complementação da informatização da rede contra a violação dos direitos da mulher, da criança e do adolescente.

A identificação na população vulnerável de aptidões e habilidades de mulheres e jovens para atividades de inclusão produtiva, também com o Banco Mundial.

Passe.

E o projeto das campanhas educativas. Nessas campanhas educativas, vamos falar da Lei Maria da Penha, vamos jogar na mídia falada, escrita, no rádio, no jornal e na televisão, divulgando essa campanha e divulgando todos os nossos equipamentos especializados no Estado de Alagoas.

Pode fechar aí.

Então, nós encontramos um Estado...

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB ‑ MG) – Concluindo.

**A SRA. SOLANGE VIEGAS** – ...com poucos equipamentos, Deputada Jô Moraes. Um Estado que só tem dois IMLs, três Delegacias, a unidade do Hospital-Escola Santa Mônica, onde se faz o tratamento quando a mulher é estuprada, o HGE, a unidade de emergência de Arapiraca. Então, a nossa rede de atendimento é uma rede pequena. O que foi que a Secretaria da Mulher, a Secretária Kátia Born, trabalhou junto com a SPM?

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB ‑ MG) – Eu pediria que a senhora concluísse.

**A SRA. SOLANGE VIEGAS** – A ampliação dessa rede de atendimento.

Então, é todo o nosso trabalho ampliar essa rede e capacitar os profissionais.

Obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB ‑ MG) – Muito obrigada.

Receberemos o restante das informações por escrito.

Passaremos, agora, a escutar o representante do Poder Judiciário, o Dr. Paulo Zacarias, mas, antes que ele possa se pronunciar, a Senadora Ana Rita e a Deputada Carmen Zanotto farão algumas questões ao senhor.

Eu gostaria apenas de registrar – eu não registrei – a presença, desde a manhã, da Vereadora Silvana Barbosa e da Vereadora Tereza Nelma, que, durante todo o dia, estiveram acompanhando a CPMI.

A Deputada Marina Santanna é quem fará algumas questões, posteriormente...

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Antes de a Deputada falar, eu quero...

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB ‑ MG) – ...posteriormente à Senadora Ana Rita.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Eu só queria fazer aqui uma observação. Acho que é importante a apresentação que a Secretaria de Estado faz sobre os recursos captados e os projetos previstos dentro do Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Esperamos que isso tudo se traduza, de fato, em ações concretas, porque o que nós visualizamos na delegacia não corresponde a isso. Então, é preciso que esses recursos realmente se efetivem *(Palmas.)*, para que esse quadro possa mudar.

É só essa observação que eu gostaria de fazer, viu, Solange? Mas parabenizo vocês pelo esforço, pelo trabalho.

Sabemos que vocês estão com uma consultoria que está ajudando. A Ministra esteve aqui. Há um esforço, há um empenho por parte de vocês. No entanto, fazemos esta observação: vocês estão com uma equipe pequena, poucas pessoas para ajudar, a delegacia, o centro de referência, enfim. Estamos percebendo que ainda as coisas não estão se traduzindo, mas há um esforço. Então, parabenizo pelo esforço, mas torço para que tudo isso se efetive.

Antes de passarmos para o nosso juiz, eu quero apenas, Dr. Paulo Zacarias, recuperar a pergunta que fiz inicialmente. Depois, a Deputada Marina vai fazer as perguntas para o senhor. Então, só para recuperar: qual o plano de expansão do juizado para a capital e interior e dotação de equipe técnica para dar conta dos inúmeros processos de violência doméstica que tramitam nas varas especializadas e nas varas adaptadas? O senhor mesmo disse hoje, mais cedo, da dificuldade por falta de...

**O SR. PAULO ZACARIAS** – Material humano.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – De material humano, para dar conta do andamento dos processos.

Além das nossas perguntas, sinta-se à vontade para colocar também outras questões que o senhor julgar necessárias.

Mas a Deputada Marina também vai fazer algumas perguntas agora.

**O SR. PAULO ZACARIAS** – Agora?

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Vai.

**O SR. PAULO ZACARIAS** – Pois não.

Eu, inicialmente, gostaria só de fazer uma saudação à mesa...

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Paulo Zacarias, desculpe-me. É apenas para que a Deputada Marina já coloque as perguntas, para que o senhor tenha a oportunidade de responder.

Por gentileza...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O setor aqui vai liberar.

**A SRA. MARINA SANTANNA** (PT – GO) – O.k.

Estivemos, hoje, pela manhã, Dr. Paulo Zacarias, com V. Exa. e com os servidores que compõem o trabalho do Juizado especial. Então, acumulamos algumas perguntas que poderão, junto com a iniciada pela Senadora Ana Rita, facilitar a resposta do que mais nos chama atenção.

Então, qual a articulação que o Poder Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público têm com a rede de atendimento, o conjunto da rede instalada para atender à violência contra a mulher? Como o tribunal faz o planejamento, a supervisão e a orientação do funcionamento do Juizado de Violência Doméstica e das varas adaptada? O Poder Judiciário busca integração com outros órgãos governamentais para implantar e promover a Lei Maria da Penha? Quais ações já foram realizadas? Como se dá, e com que periodicidade, a capacitação dos magistrados e magistradas e servidores em geral sobre a Lei Maria da Penha? Ainda gostaria de reiterar a pergunta realizada hoje, ainda na visita, que diz respeito aos prazos, em média, entre o pedido, a solicitação da vítima de medida protetiva e a execução da medida protetiva, quando autorizada por V. Exa..

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Aproveito, Dr. Paulo Zacarias, para perguntar se o Tribunal de Justiça, além da vara do juizado criado, criou alguma instância superior que coordena as ações relativas à questão da Lei Maria da Penha.

**O SR. PAULO ZACARIAS** – Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar a todos os presentes e a todas e dizer à Deputada Jô Moraes, à Senadora Ana Rita e aos demais membros desta Comissão que é uma satisfação enorme o Judiciário alagoano recebê-las aqui, em nosso Estado. Os nossos votos são que o trabalho de V. Exas. possam redundar em melhor execução e em melhor aplicação da Lei Maria da Penha.

No que toca ao nosso Judiciário de Alagoas, eu já repeti isto várias vezes. A lei, como todos sabem, é de 2006. Logo após a edição da lei, houve aquele movimento nacional para que lei fosse transformada do papel para a realidade.

São vários os desafios para que uma lei se torne realidade – sabemos disso –, não basta só boa vontade; é preciso haver recursos para isso e onde buscar esses recursos. Então, qual foi a resposta do Judiciário alagoano para a implementação dessa política pública, no que toca ao Judiciário, da Lei Maria da Penha? Foi justamente contemplar a capital do nosso Estado, Maceió, com a instalação do primeiro e único, no momento, juizado especial para enfrentar essa questão. Então, nós só temos na capital o juizado, cujo titular sou eu. Apesar de constar lá 4º Juizado, mas eu sempre faço esta ressalva: não é o 4º Juizado, é o único juizado, porque houve uma engenharia do Tribunal de Alagoas. Na época, quando houve o pleito das mulheres para a implantação do juizado, o Tribunal não tinha – como não tem ainda hoje – recursos suficientes para criar uma unidade nova. Para as senhoras e os senhores terem uma ideia, uma unidade nova no Judiciário alagoano custa, por mês, para a sua manutenção, R$90 mil, multiplique por 12, dá mais de R$1 milhão cada unidade nova, ou seja, juntando prédio, funcionários, energia, tudo. Os custos que foram levantados: R$90 mil por mês, e o Tribunal não tem essa verba. Qual foi a solução? Transformou o 4º Juizado Especial Cível e Criminal da capital – nossa capital tinha 12 juizados especiais, o meu era o 4º Juizado, que funcionava no Cesmac, uma faculdade particular – no Juizado Maria da Penha, aí houve apenas a mudança de competência. Eu saí do juizado especial com a minha equipe de funcionários, que já era reduzida – como continua reduzida até hoje – e fui apenas ocupar o espaço que as Sras Deputadas e Senadoras viram hoje.

Fisicamente, nós estamos até bem instalados: no centro da capital, fácil acesso. Agora, o desafio permanente nosso é estruturar o Juizado; essa é a grande questão. Estruturar como? Mão de obra qualificada. Infelizmente, Senadoras, Deputadas e presentes, nosso Tribunal – quem acompanhou as notícias recentes – lançou o edital para concurso anteontem. Coincidentemente, nós recebemos hoje a visita das parlamentares, mas o Tribunal lançou o edital anteontem para contemplar alguns cargos que vão ser direcionados para o nosso Juizado. Quais são os cargos? Quatro psicólogas e quatro assistentes sociais. Vai abrir, pela primeira vez, concurso, a pedido nosso, um pedido antigo nosso, para formar a minha equipe técnica e profissional que eu não tenho hoje. Eu não tenho hoje psicólogo; eu tenho apenas uma assistente social, que foi cedida por uma prefeitura do interior, via Tribunal de Justiça. Então, a mulher que está lá agredida pelo marido, companheiro, irmão, pai, sobrinho; enfim, aquele que forma o núcleo familiar, eu não tenho hoje para quem mandar para fazer um estudo psicológico naquele conflito.

Eu tinha, como expliquei às Deputadas, até o mês de março deste ano, uma equipe formada por duas psicólogas e duas assistentes sociais, que vieram por conta de um convênio que o Tribunal celebrou com a Secretaria da Reforma do Poder Judiciário. No ano de 2008, quando instalamos o Juizado – o Juizado nosso foi instalado no dia 30 de maio de 2008 –, foi celebrado um convênio, e esse convênio tive uma dificuldade imensa para colocá-lo em prática. Nós recebemos essa equipe técnica, fruto desse convênio, no ano passado. O convênio foi encerrado agora, em março, e não foi renovado por questões as mais diversas, e a equipe foi desfeita. Então, entrou a equipe no ano passado, mais ou menos em agosto – não me lembro a data, foi agosto ou setembro –, e saiu agora, em março. Então, eu passei esse tempo todinho sem a equipe e, quando veio, já saiu. Então, eu não tenho hoje uma equipe de apoio para o encaminhamento desses conflitos que aparecem lá diariamente.

Objetivamente, essa primeira pergunta: qual a articulação que o Poder Judiciário e a Defensoria Pública realizam em prol da execução da Lei Maria da Penha? Nós temos uma articulação permanente com o Ministério Público, com a Defensoria Pública. As mulheres lá, no meu Juizado, têm acesso livre, fora de pauta. A qualquer hora, elas sabem que, indo lá, os movimentos feministas são recebidos por mim e pelo Presidente do Tribunal, quando solicitado. Então, nós temos essa articulação.

Eu, recentemente, tive uma conversa muito proveitosa com a Secretaria da Mulher, na pessoa da Secretária Kátia Born, que me está ajudando com dois estagiários e vai mandar mais um – eu soube hoje que ela vai mandar mais um. Eu pedi cinco, porque eu precisaria lá de pessoal de apoio de umas 20 pessoas para dar vazão aos processos. Eu tenho só três servidores do quadro do Tribunal, três analistas, e dois oficiais de Justiça – eu precisaria do dobro –, porque nós temos uma capital com um milhão de habitantes, e, como eu sou o único Juizado, eu pego processos de todos os bairros de Maceió, do Benedito Bentes até o Pontal da Barra; zona norte, zona sul, tudo vai para lá. Então, eu tendo dois oficiais, uma mulher e um homem – a mulher, coitada, engravida, adoece, vive muito de licença –, resultado: eu praticamente tenho um oficial para cumprir os mandados. Eu precisaria de pelo menos quatro oficiais de Justiça, porque eles estão abarrotados de processos nas suas pastas para cumprirem e não podem porque, como há prioridade nas medidas protetivas – e já é uma resposta que eu dou em relação à pergunta da Deputada...

Deputada, a medida protetiva é requerida hoje, amanhã eu já a concedo, não passam mais de 48 horas. Hoje, teve uma pessoa da equipe da senhora que constatou que tinha lá uma mulher, quando ela foi lá e disse: “Olhe, eu fiz um pedido de medida protetiva e, só um ano depois, foi concedida”. Eu fiquei estupefato com isso: “Como é? Um ano depois? Eu quero ver o processo.” Aí, eu peguei o processo. Ela tinha requerido a medida no dia 20 de janeiro; no dia 21, eu tinha concedido a medida. Houve equívoco, porque isso não acontece.

Todos aqui me conhecem. Eu chego, diariamente, a meu Juizado às sete e meia da manhã, diariamente, e só saio quando atendo a última pessoa. Ninguém sai de lá sem eu atender.

O gabinete nosso fica de portas abertas, sem burocracia nenhuma. Atendo advogado, vítimas, agressores. A todas as mulheres lá eu digo: “Olha, o acesso à Justiça é amplo. Eu não serei óbice nenhum para que qualquer cidadão ou cidadã tenha acesso à Justiça”. Lá é amplo, a qualquer hora do dia e da noite. Comigo é assim. O telefone é ligado 24 horas. Então, eu fiquei, procurei o processo e mostrei: foi concedida a medida no dia 21. No dia 20, ela requereu e, no dia 21, foi concedida a medida.

Agora, a audiência, ela hoje foi para uma audiência hoje, um ano depois, mais de um ano depois. É verdade, porque eu tenho inúmeros processos para marcar audiência.

Eu já fiz dois mutirões, praticamente sozinho lá, com essa pequena equipe que tenho, só para as mulheres renunciarem às representações.

Olhe, só um parêntese aqui, Senadora: o Supremo Tribunal Federal, como as senhoras sabem, decidiu, agora, em fevereiro, que, nas lesões corporais leves, as mulheres não podem mais renunciar; as ações serão públicas incondicionadas. Isso vai causar problema seriíssimo na prática para a gente, o porquê não vou dizer agora porque a gente teria que marcar uma conferência só para isso. Entendeu?

**A SRA. MARINA SANTANNA** (PT – GO)– Dr. Paulo, perdão. Se quiser concluir a frase, eu precisaria apartear V. Exa..

**O SR. PAULO ZACARIAS** – Pois não.

**A SRA. MARINA SANTANNA** (PT – GO)– É a respeito... O senhor colocou aqui os dados relacionados à insuficiência de servidores e as dificuldades que isso traz. Qual é o planejamento do Poder Judiciário de Alagoas para suprir todas essas deficiências encontradas nesse Juizado que V. Exa. está e também demais juizados que precisam ser criados em todo o Estado de Alagoas?

A segunda questão é com relação ao Funjus. O Fundo...

**O SR. PAULO ZACARIAS** – Funjuris.

**A SRA. MARINA SANTANNA** (PT – GO) – Funjuris?

**O SR. PAULO ZACARIAS** – É.

**A SRA. MARINA SANTANNA** (PT – GO)– ... que tem, de acordo com a informação que nós temos aqui, em torno de R$20 milhões em disponibilidade e quando ele vai ser, qual vai ser o recurso que vai ser adotado para essa área do atendimento à violência contra a mulher?

**O SR. PAULO ZACARIAS** – Deputada, eu confesso que não sei se são R$20 milhões.

Quem deveria estar aqui era o Presidente do Tribunal, mas ele não pôde vir porque está inaugurando um fórum no Município de Olho d’Água das Flores e me pediu, ontem à noite. Eu estava de férias, retornei ao trabalho hoje com essa missão difícil de vir representá-lo aqui. Então, ele me telefonou ontem, à tarde, convidou-me lá, no Tribunal, e pediu-me para vir aqui representá-lo.

A questão de orçamento, Deputada, eu não sei de nada. Entendeu? Eu não sei nem se há esses R$20 milhões no Funjuris; eu acho difícil esse dinheiro estar lá. Eu não administro isso, mas acho difícil porque as carências são enormes e acho difícil haver R$20 milhões parados.

**A SRA. MARINA SANTANNA** (PT – GO)– O.k. Se V. Exa. não tem essa resposta...

**O SR. PAULO** **ZACARIAS** – Sim, não a tenho.

**A SRA. MARINA SANTANNA** (PT – GO)– ... qual é o planejamento que o Tribunal de Justiça tem para suprir as demandas relacionadas à legislação?

**O SR. PAULO** **ZACARIAS** – Olha, o planejamento, Deputada, é o seguinte: o Tribunal já tem uma resposta para pergunta que a senhora fez sobre qual a instância que o Tribunal criou.

O Tribunal criou, no ano passado, uma comissão – eu faço parte dessa comissão – chamada Coordenação de Aplicação e Execução da Lei Maria da Penha. Essa comissão é formada pelo Presidente do Tribunal, por mim, pelo corregedor e por outro juiz auxiliar da corregedoria. Essa comissão não se reuniu ainda. Então, nós não traçamos ainda nenhum planejamento para melhorar a estrutura física, material e humana do nosso juizado. Entendeu? Não há ainda, o que existe são pedidos meus – e muitos pedidos – para melhorar, e só esclarecendo que as senhoras hoje presenciaram lá uma reforma.

Nós estamos lá concluindo uma melhoria nas instalações físicas. Aquilo ali foi fruto de muitos pedidos meus e também de um convênio, aquele convênio a que me referi, que existia com a Secretaria do Poder Judiciário do Ministério da Justiça, daquele recurso. Foram R$300 mil que a Secretaria mandou para o Tribunal, e nós utilizamos uma parte desse dinheiro para adquirir um veículo. O veículo foi adquirido e não está rodando porque não tem motorista. Parece uma ironia: o motorista se aposentou e não foi nomeado outro. Está parado o carro. Compramos equipamentos eletrônicos para o juizado – computadores, impressoras etc, – e construímos uma cela lá, no juizado, no anexo.

Uma cela por quê? Nós, quando vamos ouvir os agressores, eles chegam algemados e ficam lá na sala de recepção, com aqueles olhares ameaçadores para a vítima, e aquilo causa um constrangimento enorme para as mulheres e para as testemunhas. Eu presenciei, às vezes, até a mulher levar o filho para a audiência e, chegar lá, o filho chora com o pai, abraça o pai, fica chorando ali. Então, aquilo fica um ambiente assim muito constrangedor ver um cidadão algemado, e o filho chorando em cima dele. Então, a gente pediu – pedi há muito tempo, mas está cumprindo agora – a construção de uma cela, que está sendo construída lá. Então, o cidadão vem agora em um veículo da polícia direto para a cela, e, depois, eu o convido para ser ouvido na sala de audiência. Ele é ouvido e o devolvo para a mesma sala. Foi aberta uma porta de acesso à sala de audiência. Então, ele não vai ter mais contato com as pessoas, com as testemunhas e com as vítimas. Pois bem, esse material está sendo feito fruto desse convênio. Entendeu?

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – GO)– Dr. Paulo, ficaria então sob a responsabilidade do senhor de transmitir ao Desembargador Presidente essa preocupação nossa em relação ao Fundo, e, em segundo lugar, em vez de criar a coordenadoria, ele fez uma proposta, que é a orientação – inclusive existe –, da criação de uma comissão. Nós, então, deixaríamos com o senhor para que, no prazo regimental, nos fosse dado.

Quanto ao convênio, nós sabemos a natureza dele, do Pronasci. Nós nos vamos informar em relação, junto ao Ministério da Justiça...

**O SR. PAULO** **ZACARIAS**– Se é possível reativá-lo, não é?

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – GO)– ... o que está ocorrendo.

**O SR. PAULO** **ZACARIAS** – Certo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – GO)– Queria que o senhor concluísse essas informações que foram encaminhadas antes pela Senadora; as da Senadora já foram respondidas.

**O SR. PAULO** **ZACARIAS** – Eu só quero, para concluir, dizer o seguinte...

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – GO)– Isso, o senhor pode concluir, sabendo que fica devendo a informação.

**O SR. PAULO** **ZACARIAS** – ... veja bem, antes de o juizado ser instalado, nós tínhamos, em tramitação nas varas criminais da capital, 913 processos envolvendo violência doméstica. Temos cinco varas criminais na capital – Joaquim, agora que o vi. Tudo bem? – e existiam 913 processos em tramitação nessas varas. Depois da instalação do juizado, nós já somamos, até hoje – recebi a incumbência ontem e pedi a minha assessoria que providenciasse logo o total de processos. Nós recebemos, de 30 de maio de 2008 até hoje, com esses 913 processos que estavam em tramitação nas varas criminais, 6.208 processos até hoje no nosso juizado. Em tramitação – porque desses 6.208, muitos foram julgados –, nós temos 4.976 processos.

Pelo número de processos, Senadora e Deputadas, nós temos que ter em Maceió duas varas específicas. O CNJ já disse que uma vara com mais de dois mil processos já reclama mais de um juiz. Então, se temos 4.976 processos, nós temos que ter aqui duas varas ou, pelo menos, dois juízes trabalhando no mesmo espaço físico, com equipe de funcionários suficiente, porque o que nós temos hoje é insuficiente. Eu inúmeros processos parados porque não tem ninguém para dar andamento a esses processos.

**A SRA. MARINA SANTANNA** (PT – GO)– Dr. Paulo, se me permite a Presidenta Jô Moraes, eu gostaria de perguntar, porque é uma situação bastante delicada. Nós estamos perguntando a V. Exa porque representa aqui a Presidência do Tribunal.

**O SR. PAULO ZACARIAS** – Pode perguntar.

**A SRA. MARINA SANTANNA** (PT – GO)–As nós, realmente, precisamos de uma informação que é relacionada ao tempo que o Tribunal de Justiça julga necessário para dotar o Estado de Alagoas, inclusive o Juizado especial que V. Exa. preside, das condições necessárias para o atendimento, de fato, dessa demanda.

A outra pergunta que eu gostaria de fazer, como sendo a última, Senadora e Deputadas, é relacionada à conciliação. Hoje, pela manhã, conversávamos a respeito da impossibilidade e continuidade de algumas práticas, tanto relacionadas ao Ministério Público quanto à Magistratura, de utilização das conciliações a partir da votação. O voto do Ministro Fux, no dia 9 de fevereiro deste ano, é muito claro, acompanhado por todo o movimento, pelo Congresso Nacional com muito interesse, de que a conciliação não interessa ao combate à violência contra a mulher e não interessa, especialmente, a condição da vítima, que pode, como disse a Senadora Ana Rita em momento anterior, voltar para casa após uma conciliação. Na verdade, se há agressão, uma pessoa se sobrepõe à outra. A pessoa volta para casa na condição de, talvez, ser morta, ser assassinada. Então, não havendo essa possibilidade de conciliação, se, especialmente, a vara dirigida por V. Exa. está em condições de fazer todos os procedimentos, já sem utilizar da conciliação como um método, talvez, até de diminuição de processos que, infelizmente, V. Exa. ainda tem sobre a sua mesa.

**O SR. PAULO ZACARIAS** – Deputada, na verdade, conciliação, nos termos da Lei 2.099, não existe. Nós não praticamos essa conciliação da Lei 2.099. O que existe lá e com muita frequência – e hoje a senhora presenciou lá, por coincidência, uma vítima – é que as mulheres, nas hipóteses de crime de ameaça e nas lesões corporais leves que foram praticadas antes da decisão do Supremo Tribunal Federal – porque a decisão do Supremo foi agora em fevereiro e não pode retroagir para prejudicar ninguém, isso é princípio constitucional –, as mulheres estão indo lá pedir a retratação. Não há conciliação. Elas vão lá sozinhas, ou com a Defensoria Pública. É outro parêntese aqui que gostaria de aproveitar. Já conversei com o Dr. Eduardo. Lá, eu só tenho uma defensora pública para defender e acompanhar as vítimas. Uma! Essa está de licença e está grávida. Então, significa que vai passar um bom tempo ausente, não é?

Hoje eu soube, através do Dr. Eduardo, que já foi designada uma pessoa para lá. Está aqui? Então, é um prazer conhecê-la, doutora. Apareça lá segunda-feira, doutora.

Eu fiz audiência hoje sem promotor e sem defensor público. Quanto ao Ministério Público, que está aqui, o Dr. Sérgio, meu amigo de longa data, eu não tenho uma promotora ou um promotor titular atuando lá no juizado. A titular que trabalhava comigo no antigo juizado, não sei se se aposentou ou se está de licença. Eu sei que faz anos que não vejo essa criatura lá. O Ministério Público mandou uma promotora, que não é da capital, trabalha em Arapiraca. É promotora de lá. Então, ela fica acumulando com o meu juizado e com o juizado de Arapiraca. É impossível ela ficar dividida entre aqui e Arapiraca. Não tem como porque, ainda que fique dois ou três lá, é muito pouco. Ela tem que está lá diariamente, porque os problemas lá são diários, é para resolver de ontem para ontem, entendeu? Então, faço lá muitas audiências, infelizmente, porque se eu fosse esperar a presença física do Ministério Público, muita coisa ficaria parada. Eu não faria quase nada.

O que é que eu faço hoje? Eu colho as representações quando elas vão ratificar, naquelas hipóteses, e colho as renúncias, as representações e, depois, mando para o Ministério Público, quando o ideal seria ela presente ali mesmo, daria o parecer, concordando ou não, e dali mesmo daria a sentença e saía o processo na hora. Por conta disso, temos muitos processos parados, e quando é que eles vão ser detonados, só Deus sabe.

Então, essa é a realidade, Deputadas e Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Paulo, lamentavelmente, chegamos ao final do tempo do senhor. Nós ainda teremos várias autoridades. Deixaríamos só a lembrança da solicitação que o senhor fizesse ao presidente do tribunal, para que nos enviasse, no prazo que a relatora pediu, essas questões relativas ao Fundo, ao planejamento da implementação, relativas à coordenadoria. Foi criada uma comissão para que a gente pudesse discutir com o conjunto dos outros órgãos que ainda vão falar. Sei que o senhor fez uma ginástica hoje, e agradecemos desde já, e, como soube muito rapidamente, não pôde trazer por escrito para nos entregar. Temos o prazo de sete dias para receber a informação a mais.

Agradecemos, desde já, a contribuição que o senhor nos deu nesta audiência.

**O SR. PAULO ZACARIAS** – Eu prometo a V. Exa. que vou encaminhar as respostas para a Secretaria.

**A SRA. MARINA SANTANNA** (PT – GO)– Dr. Paulo, nós vamos encaminhar ao senhor, por escrito, o pedido de informação, porque facilita para o senhor dar as respostas.

**O SR. PAULO ZACARIAS** – Eu aguardarei. Muito obrigado. Receba, mais uma vez, um abraço do nosso Presidente Sebastião da Costa Filho.

**A SRA. MARINA SANTANNA** (PT – GO)– Dr. Paulo, nós vamos encaminhar ao Presidente do Tribunal. As questões que não estão ao alcance do senhor para serem respondidas, os pedidos de informação, porque são de competência do Presidente, nós vamos encaminhar diretamente ao Presidente.

**O SR. PAULO ZACARIAS DA SILVA** – Pois não. Estaremos à disposição. Muito obrigado.

**A SRA. MARINA SANTANNA** (PT – GO)– E obrigada pela presença.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Dr. Paulo Francisco. Lamentavelmente, há um conjunto de autoridades aqui presentes a que eu não pude, até agora, fazer referência: da Ufal, da União de Mulheres, da Marcha Mundial de Mulheres, do Conselho. Vou ver, na oportunidade, se posso fazer aqui um cumprimento especial aos alunos do Cesmac, que vieram em número muito grande. Isso é fundamental para a construção de uma nova consciência.

Vamos passar a palavra à Senadora, para colocar as questões relativas ao Ministério Público.

Agradecemos, desde já, ao Dr. Sérgio, e também já poderá fazer à Defensoria, para que os dois sucessivamente possam levantar as questões.

**A SRA. MARINA SANTANNA** (PT – GO)– Deputada Jô, nós vamos fazer as perguntas, por intermédio da Deputada Rosinha, ao Ministério Público aqui, hoje. Em seguida, faremos para a Defensoria Pública.

**A SRA. ROSINHA DA ADEFAL** (PTdoB – AL) – Boa tarde a todos e a todas, boa tarde Dr. Sérgio, do Ministério Público do Estado de Alagoas.

A nossa Comissão não teve tempo hábil para fazer visita ao MP, conversar anteriormente com V. Exa., mas recebemos também algumas informações anteriores, que nos foram encaminhadas, mas temos ainda algumas questões específicas.

Quais são os principais obstáculos para a aplicação da Lei Maria da Penha no âmbito do MP estadual?

A Promotoria tem conseguido acompanhar e fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência?

Quais são as irregularidades mais frequentes e que as medidas adotadas para melhorar esses serviços?

Também com relação à capacitação, a Promotoria mantém atividades relacionadas à capacitação e conscientização dos promotores para a aplicação da Lei Maria da Penha e para as questões de gênero, de uma forma geral? Se a resposta for sim, quais foram essas capacitações, quantos promotores foram capacitados, e essas capacitações só foram com os promotores? Os servidores do MP também tiveram essa capacitação?

O Ministério Público tem cadastrado os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher? Se a resposta também for sim, como é feito esse cadastramento e que informações contém?

Eu sei que a Dra. Estela é a responsável por essa área da violência contra a mulher e ela está em licença-maternidade. Vez por outra, temos contato com ela. Sabemos do empenho dela, que inclusive tem livros editados nessa área, algumas considerações aqui do Estado.

O Ministério Público também realizado capacitações com relação à questão de raça e etnia? Em caso positivo, como a capacitação tem sido feita? Os servidores também participam dessa capacitação ou é só voltada aos promotores?

Essas seriam as principais indagações da CPMI com relação ao MP, Sr. Sérgio.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Sérgio, apenas um instante, para a gente pegar um ritmo maior. A Senadora já encaminharia, Dr. Eduardo, as perguntas também, para que a gente possa agilizar.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – A Deputada Célia vai fazer as interrogações para a Defensoria Pública. São duas questões, Dr. Eduardo, e ela vai fazer para o senhor.

**A SRA. CÉLIA ROCHA** (PTB – AL) – Meus cumprimentos a todos, Senadora, Deputada Jô, Presidenta, minha amiga Keiko, Rosinha, demais autoridades da Mesa, amigos, companheiros, autoridades do Executivo, Legislativo Judiciário. Vou dirigir, então, as minhas perguntas à Defensoria Pública.

Primeiro, por que não há defensores públicos, em número suficiente, na vara especializada de violência doméstica?

A defensora pública está em licença médica e não foi substituída?

Segundo, o núcleo da mulher, da Defensoria Pública, atende em outro lugar que não o juizado, para ampliar o acesso das mulheres à Justiça?

Por enquanto, são essas as perguntas da Defensoria.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Quer fazer mais alguma questão?

Dr. Sérgio, o senhor terá até vinte minutos para as questões.

**O SR. SÉRGIO JUCÁ** – Boa tarde. Representando o bravo Ministério Público de Alagoas, saúdo as habitantes deste Estado e saúdo, especialmente, as integrantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Serei breve e objetivo.

Quanto às indagações da estimada Deputada Federal Rosinha Da Adefal, são muitos os obstáculos quanto à efetividade dessa lei, que é uma lei copernicana, que introduziu no cenário jurídico uma revolução.

O Ministério Público, ao lado do Poder Judiciário e da Defensoria Pública, lutam incessantemente para a efetividade da norma jurídica de proteção às destinatárias da lei.

Mas, enfim, quais são os obstáculos? São muitos. Eu falei que o Ministério Público de Alagoas é uma brava instituição que tem 151 membros, dos quais 49 valorosas promotoras públicas. Temos uma carência de 28 promotores. Há dezesseis anos, não realizamos concurso público. O motivo é que o nosso orçamento é liliputiano. No entanto, mercê da exímia gestão do procurador-geral de Justiça titular – eu sou o procurador-geral de Justiça substituto –, Dr. Eduardo Tavares, que está em palmas, no Tocantins, na reunião mensal do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, vamos realizar, no final do ano, o almejado do concurso e provimento inicial de todos estes cargos: 28 promotores.

Mas destaco que, se o número é reduzido, nós temos promotores sensíveis, promotores vocacionados, máxime as promotoras de Justiça do Estado de Alagoas. E vamos encarando as dificuldades e vencendo os obstáculos, embora alguns dos obstáculos sejam intransponíveis, diante da anemia orçamentária.

A fiscalização dos estabelecimentos tem ocorrido com freqüência. Nós temos, em Alagoas, ícones nessa luta. E são promotoras de Justiça, uma delas a chefe do Núcleo de Violência contra a Mulher, na estrutura do Ministério Público, a Dra. Stela Valéria Cavalcanti, uma referência nacional, citada, inclusive, no julgamento de uma ação direta de inconstitucionalidade que ocorreu no Supremo Tribunal Federal, pelo eminente ministro relator daquela Adir, que invocou uma obra da Dra. Stela Valéria Cavalcanti. Essa obra consta do voto do eminente ministro relator na excelsa Corte.

A fiscalização é diuturna, ao lado do Poder Judiciário e da Defensoria Pública, porque o mais importante na implantação da justiça é a integração operacional. Dizem que existe no Brasil, do Oiapoque ao Chuí, uma luta atávica entre juízes e promotores. Em Alagoas, não existe. Em Alagoas, marchamos unidos com o escopo de Ulpiano: dar a cada um o que é seu.

Nós zelamos com este mister: o de distribuir justiça, conquanto as dificuldades, algumas delas, instransponíveis.

No que tange à capacitação, o quadro é pequeno. Além de procurador-geral substituto, eu sou diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público. Eu é que me encarrego da capacitação de promotores e procuradores de justiça e de servidores da instituição. É sabido, porquanto notório, que a nossa produção nessa área é admirável, e isso ao labor da Dra. Stela Valéria Cavalcanti, sem falar nas outras promotoras.

**A SRA. ROSINHA DA ADEFAL** (PTdoB – AL) – Mas eu gostaria de saber se a Dra. Stela atua exclusivamente na questão da mulher ou acumula função com outra?

**O SR. SÉRGIO JUCÁ** – Acumula, ilustre Deputada Rosinha Da Adefal. A Dra. Stela Valéria Cavalcanti é a chefe desse núcleo na estrutura do Ministério Público, mas ela também é a promotora natural na Comarca de São José dos Campos, distante de Maceió cinquenta quilômetros.

Em Alagoas, todos os órgãos de execução, promotores e procuradores de justiça, exercem mais de uma atribuição. Eu, por exemplo, como disse sou procurador-geral de Justiça substituto, sou o diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público e, também, exerço uma atuação judicial perante o Tribunal de Justiça. Se faltam promotores, sobra entusiasmo e dedicação.

Em relação à capacitação, vários cursos são ministrados. A Dra. Stela Valéria Cavalcanti sempre é quem está à frente desses cursos. Mas tem uma falha. Aliás, não é falha. Esses cursos estão sendo direcionados aos membros, a promotores e a procuradores de Justiça. Ainda não houve curso específico direcionado a servidores do Ministério Público, mas uma grande maioria dos servidores participa dos cursos, embora não exista o direcionamento, porque os cursos são abertos e gratuitos.

**A SRA. MARINA SANTANNA** (PT – GO) – Dr. Sérgio Jucá, e peço a permissão da Presidenta da Mesa, eu gostaria...

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Deputada Marina Santanna.

**A SRA. MARINA SANTANNA** (PT– GO) –Peço licença para aparteá-lo. Nós estivemos no Juizado especial, hoje pela manhã, e também ouvimos aqui do juiz da Pasta a respeito da promotoria que atua dentro do prédio do Juizado especial da cidade. Nós perguntamos onde estaria a promotora, Dra. Maria das Graças, e ele não soube nos dizer e disse que há uma ausência, pelo que pude entender, em grande escala da promotoria naquele lugar para exercer o seu trabalho, exercer a sua função.

Gostaria de pedir a V. Exa. que tratasse desse assunto referente a essa promotora, se ela atua nessa área, se existem outros promotores destinados ou promotoras. Enfim, o atendimento na 1ª Vara.

A segunda questão, que já foi perguntada, em parte, ao juiz também, ao Dr. Paulo, é a respeito do trato dessa postura do Supremo Tribunal Federal, que não admite a conciliação e que vê como uma ação direta incondicionada todas as solicitações que caminham a partir da informação de que está havendo uma situação de violência, naturalmente pela precedência que há dos casos em que a mulher é ameaçada, é ameaçada e é ameaçada novamente, vai dizer que perdoou ou que se equivocou.

Então, gostaria de saber a posição do Ministério Público a respeito do tema.

**O SR. SÉRGIO JUCÁ** – Sim, ilustre Deputada, é com a maior alegria que eu respondo.

Quanto ao órgão de execução em atuação nessa unidade do Poder Judiciário, existe uma titular, a Dra. Maria das Graças Oliveira, que goza de licença médica há muito tempo com lastro, com lastro em autorização da junta médica do Estado.

A promotora que atua naquela Vara, o Juizado especial, é minha amiga e estimada colega, Dra. Delma Pantaleão, que é titular da Comarca de Arapiraca, a 130km de Maceió. Só que ela é titular da Comarca de Arapiraca, em uma Vara que não exige tanto, de modo que, de fato, talvez, a Dra. Delma Pantaleão, exemplo de Promotora de Justiça, não seja encontrada todos os dias nessa unidade do Poder Judiciário, mas ela cumpre, zelosamente, suas atribuições instituições. Dr. Paulo Zacarias falou quanto à presença diuturna.

É sabido que o Ministério Público tem de ser intimado para todos os atos processuais a que tem de comparecer, mas é preciso que ele esteja em todo o horário. Naquele juizado, nós temos uma estrutura do Ministério Público: nós temos uma promotora – essa substituta: Dra. Delma Pantaleão – e temos dois estagiários. Recentemente, houve um concurso de servidores e estamos disponibilizando um analista do Ministério Público, área jurídica, para atuar ao lado da Dra. Delma Pantaleão.

Não se pode acusar o Ministério Público de qualquer culpa no que tange à morosidade processual. São quatro mil processos e, nesses quatro mil processos, em sua maioria, existe a intervenção do Ministério Público – e uma intervenção satisfatória.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG)– Mas o senhor reconhece ou não que há ausência e falta do Ministério Público na necessidade cotidiana de atendimento às mulheres, dado que Dr. Paulo apresentou o conjunto de cinco mil processos, dizendo que, ainda e além do mais, há dificuldades, porque neste momento não há defensoria atuando naquele momento.

**O SR. SÉRGIO JUCÁ** –Não, Deputada. Não, como a senhora falou, são cinco mil processos, são quatro mil processos. E a Dra. Delma tem a obrigação de intervir nas relações jurídicas processuais. Essa intervenção é satisfatória e sem haver qualquer lesão ao seu dever funcional. O Ministério Público tem prazo para se manifestar nos autos. Não se pode transformar o promotor de Justiça em um serviçal do Poder Judiciário. O promotor de Justiça recebe os autos, e a lei fixa um prazo no qual ele vai oferecer suas alegações, exceto nos casos de processos orais. Nesse caso, a presença é obrigatória.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG)– Eu queria propor, Dr. Sérgio, me parece que algumas questões já ficaram postas... Nós ainda não recebemos o relatório das informações completas dos procedimentos que o Ministério Público aqui de Alagoas toma com relação a todos os casos que a ele chegam ou que, se não chegam, eles tomam a iniciativa que tenham de tomar.

Então, nós já estamos propondo aqui, dentro do prazo regimental previsto pela Senadora Ana Rita, que, em sete dias, nos fossem dadas todas as informações dos procedimentos e das iniciativas que o Ministério Público tomou com relação a todos os encaminhamentos, que vão desde a porta de entrada das DEAMs, do Centro de Referência, mas, também, dos processos para que nós pudéssemos ter não apenas relatos formais, mas a informação institucional dos dados e dos procedimentos.

A gente solicitaria...

**O SR. SÉRGIO JUCÁ** – Ilustre Deputada Jô Moraes, esclareço que a chefia do Ministério Público vai cumprir, com a maior alegria e satisfação, essa determinação. Mas também esclareço que o Ministério Público não recebeu convite para esta audiência Pública. Hoje, ao meio-dia, a Secretária Kátia Born ligou para mim, eu tinha uma reunião na Polícia Federal com os integrantes do Gecoc, mas eu priorizei as senhoras. Eu disse à Secretária Kátia Born, ao chegar: “Presidente, presente não o Sérgio Jucá, mas o Ministério Público”. Por quê? O Ministério Público é testemunha da luta titânica da mulher brasileira para conseguir essas conquistas. É testemunha do sofrimento, mas também do êxito nessa luta, porque nós contribuímos desde a época do Estatuto da Mulher Casada, de 1962, a carta de alforria da mulher que era submissa ao cônjuge e, com o avançar dos anos, até culminar na edição da Constituição Federal de 1988, que eu participei e era Presidente da Associação do Ministério Público.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG)– Quero informar a V. Exa. que tem inteira razão. Acabo de me informar aqui, pela assessoria, que o requerimento, dirigido ao Ministério Público do Estado de Alagoas, não foi encaminhado. Logo, V. Exa. tem razão e o agradeço, desde já, sua vinda voluntária, já que, institucionalmente, o senhor não foi convidado. Mesmo assim, nós sabemos... Mesmo assim, nós solicitamos as informações.

**O SR. SÉRGIO JUCÁ** – Mas eu vim para reverenciar as senhoras, porque o Ministério Público prioriza, em sua luta em defesa da cidadania, a mulher. E quanto a isso, eu tenho de esclarecer, nós temos em Alagoas 49 promotoras de Justiça. São pessoas vocacionadas e dedicadas a essa luta. É uma luta difícil e ingente, porque é lutar e, muitas vezes, em situações desfavoráveis contra a improbidade administrativa e a corrupção que campeia a administração pública brasileira.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Dr. Sérgio, vou fazer um apelo ao senhor, então: se há 49 promotoras de Justiça, o senhor vai designar uma promotora para ajudar o juiz a resolver o problema dos processos, porque ele está trabalhando sozinho! *(Palmas.)* Não tem promotor, não tem defensor... Então, das 49, o senhor vai escolher uma que possa ajudá-lo lá na Vara que está sem ninguém.

**O SR. SÉRGIO JUCÁ** – Senadora Ana Rita, eu gostaria imensamente de atender a senhora. Eu não tenho culpa... E isso foi uma criação de um homem que está em tumba (Montesquieu), na célebre tripartição dos Poderes: o que é do Ministério Público é do Ministério Público, o que é do Poder Judiciário é do Poder Judiciário. O promotor não pode fazer as vezes de magistrado. Asseguro à senhora e a todos os parlamentares federais, principalmente a Deputada Rosinha Da Adefal, a Deputada Célia Rocha, que existe Ministério Público naquela unidade do Poder Judiciário. E existe diuturnamente! Espero que alguém aponte um feito atrasado e a culpa seja do Ministério Público. O impulso processual não é do Ministério Público, mas do Magistrado. O Ministério Público intervém na relação jurídico-processual; o Ministério Público não pode despachar, ele emite uma opinião. Agora, o Ministério Público, não é à toa que a sigla da instituição é MP... O que é MP? Melhor parceiro do Poder Judiciário, o grande amigo do Magistrado. Nós estamos empenhados nessa luta, compreendeu? E a Dra. Delma Pantaleão, que não está aqui presente... Eu gostaria imensamente de trazer a Dra. Delma Pantaleão. Ela explicaria às senhoras, com muita excelência, a sua atuação funcional naquele Juizado especial.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Eu queria agradecer, Dr. Sérgio, pelo tempo. Nós vamos verificar como fazer essa questão que o Dr. Paulo Zacarias está solicitando informação. Mas nós vamos passar de imediato ao defensor público e nós vamos fazer essa...

**O SR. SÉRGIO JUCÁ** – Deputada, existe uma informação que é relevante, objeto de indagação da Deputada Rosinha da Adefal, é sobre raça e etnia.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG)– Um minuto.

**O SR. SÉRGIO JUCÁ** – No Brasil, o primeiro órgão de execução sobre essa temática é uma promotoria de Salvador. Nós estamos implantando em Alagoas, em Maceió, também essa promotoria. É a Promotoria de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa. Então, dentro de, no máximo, 30 dias, nós vamos ter em Alagoas, seguindo o exemplo da Bahia, uma Promotoria de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa.

Eu gostaria de dar mais informações, o tempo é limitado, mas eu digo que fiquei alegre e satisfeito de prestar estes esclarecimentos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG)– O.k. Nós vamos formalizar a solicitação de informações, pedindo desculpas.

Passamos, desde já, a palavra ao defensor, mas informando que foi colocada aqui a dúvida sobre a publicação do acórdão da decisão do Supremo Tribunal Federal. Eu liguei agora para Brasília, e a informação é a de que já foi publicado o acórdão. Logo, está vigendo a absoluta incondicionalidade para se abrir processos em relação a lesões corporais, a ameaças, porque está em vigor uma deliberação referendada pelo Superior Tribunal de Justiça, que deve ser acatada.

Com a palavra, o Defensor, Dr. Eduardo. Lembro que nós temos de escutar as duas representantes do Movimento Social. Por isso, nós (Andreia e a Andréa), temos de levar em consideração para que a fala delas não fique para o fim. Por isso, a Deputada Célia já fez as perguntas. Nós vamos passar par ao defensor e, imediatamente, vamos passar a palavra para as duas representantes da sociedade civil para que possam falar dentro deste contexto em um horário compatível.

**O SR. EDUARDO ANTÔNIO DE CAMPOS LOPES** – Boa tarde a todos e a todas; Sra. Presidente; Deputada Jô Moraes; Sra. Relatora, Senadora Ana Rita; demais integrantes da Mesa, gostaria de saudá-los nas figuras das Deputadas alagoanas Célia Rocha, Rosinha da Adefal, e da Deputada Estadual Patrícia Sampaio.

A todos da plateia peço permissão, por espírito de corpo, saudar minha querida defensora, Dra. Luciana Vieira, que está aqui presente. É tarefa hercúlea suceder a eloquência do Dr. Sérgio. Eu, que em razão de minha timidez, subo a este púlpito, da mesma forma que comecei a estudar literalmente à força, por obrigação do dever. Mas peço à Sra. Senadora, se eu estiver errado... Existem três perguntas genéricas e duas específicas... Não é isso? Se eu estiver errado nas perguntas genéricas, porque anotei de forma bastante rápida, espero que me retifique.

A primeira pergunta seria: quais as políticas públicas para as mulheres que a Defensoria implementou?

Nós criamos na Defensoria, além do núcleo de Combate à Violência Doméstica, que aqui nós estamos tratando especificamente, o Núcleo do Idoso, o Núcleo da Criança e do Adolescente, o Núcleo de Direitos Humanos, o Núcleo da Saúde, e temos um programa chamado A Defensoria mais Perto de Você que leva a cidadania às periferias de Maceió e do interior do Estado. São esses os programas da Defensoria Pública.

O Orçamento... Acho que é a segunda pergunta. Eu não tenho esses dados precisos, mas posso passá-los, de forma oficial, em momento posterior. Mas digo que há previsão orçamentária para a reestruturação do Núcleo da Mulher, assim que nós chamamos, através de um convênio que estamos firmando com a Secretaria de Política para as Mulheres, Secretaria da Presidência da República, e também estamos criando, na Defensoria, o Núcleo do Homem Agressor, para tentar limitar ou reduzir a reincidência da violência doméstica, oferecendo palestras e atendimento psicológico ao homem agressor também.

A terceira pergunta é se haveria Núcleo da Defensoria e Atuação Específica no interior?

Não há. Fora da capital, não há núcleo no interior, mas as defensoras estão sendo capacitadas e os defensores estão sendo capacitados para atender a mulher. Essa capacitação está sendo feita pela Secretaria da Mulher. Existem vários Defensores e várias Defensoras que estão sendo capacitados para atender à mulher nas respectivas comarcas. Há também na Defensoria um projeto de resolução para que nas Coordenadorias sejam criados os Núcleos de Atendimento à Mulher nas Coordenadorias Regionais do Estado. Infelizmente, essa resolução passa, necessariamente, pelo Conselho Superior da Defensoria Pública e está sob análise do Conselho, mas o que eu posso adiantar é que nós queremos, em razão da urgência e desse dado mais alarmante sobre Arapiraca, poderíamos criar esse Núcleo, de forma urgente, em Arapiraca – e eu pediria também essa atenção, à Secretaria da Mulher, de dispor de um psicólogo e de uma assistente social –, para já na semana que vem ou daqui a 15 dias, esse Núcleo estar funcionando na cidade de Arapiraca. (Palmas.)

A grande dificuldade da Defensoria, Sras. Deputadas; Sra. Senadora, é o quadro. Nós temos 72 defensores públicos para o Estado todo. Esse quadro já foi mais alarmante, pois tínhamos somente 30 até abril do ano passado. Conseguimos mais que dobrar, mas não é suficiente, porquanto em comparação ao MP e ao Judiciário, se não me engano, são 150 Magistrados e cerca de 150 membros do Ministério Público no Estado de Alagoas e somente 72 defensores públicos, ou seja, menos que a metade do quadro do Ministério Público e do quadro do Poder Judiciário.

Então, isso já responde, ainda que parcialmente à segunda pergunta específica, da Deputada Célia Rocha: “Por que não há defensores públicos em número suficiente da vara especializada de Violência Doméstica?”. Em razão do quadro reduzido; mas, mesmo em razão desse quadro reduzido, conseguimos colocar uma defensora pública que atua exclusivamente no juizado, Dr. Paulo Zacarias e, em contrapartida, estamos criando também o Núcleo do Homem Agressor, de tal sorte a possibilitar que dois defensores atuem naquele juizado.

Já foi designado, como falei anteriormente, a Defensora Pública Luciana Vieira para atuar lá no Núcleo de Defesa da Mulher, na Praça Sinimbú, com Dr. Paulo Zacarias, Dra. Luciana está aqui... Por favor, Luciana, apresente-se. Luciana Vieira irá substituir a Dra. Daniela Times. *(Palmas.)*

A segunda pergunta: O Núcleo da Mulher da Defensoria Pública atende em outro lugar que não o juizado, para ampliar o acesso das mulheres à Justiça?

Não em um local físico, aqui na capital. Mas dispõe de um carro, de um automóvel, em que uma equipe multidisciplinar se dirige às comunidades periféricas comum projeto chamado Violência de Gênero: Informar é Prevenir, em parceria com os CRAS – Centro de Referência da Assistência Social –, com as comunidades que têm maior índice de violência, com os líderes comunitários... E estão começando também nas escolas para evitar que as crianças cresçam com essa ideia da violência de gênero, tão repugnante ainda em nosso País e em nosso Estado.

Queria dar um aplauso público à Comissão por ter vindo a Alagoas ouvir a Defensoria, especificamente.

Gostaria de agradecer imensamente, permitam-me, à Defensora Daniela Times. Eu digo que ela está efetuando as mais nobres das missões do ser humano, que é a tarefa de gestar um outro ser humano. Infelizmente, ela não está aqui, mas queria, de público, aplaudi-la por seu trabalho frente ao Núcleo de Defesa da Mulher, juntamente com suas psicólogas e assistentes sociais, peço permissão para citá-las nominalmente: Ana Maria Verçosa, Gerusa Gonçalves de Lemos, Adriane Gusmão e Leônia Karla Tenório.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG)– Obrigada. Só um esclarecimento. Dr. Eduardo, o senhor está indicando o restante do seu tempo à Dra. Luciana ou já deu a informação? Faltam oito minutos, correspondente ao tempo da Defensoria. Dra. Luciana gostaria? *(Pausa.)*

Ela está vindo.

Nós ainda escutaremos, logo em seguida, a sociedade civil, a Andreia e a Andréa; a Secretaria de Saúde, e o Dr. Paulo Zacarias, que solicitou uma intervenção.

Até oito minutos...

**A SRA. LUCIANA VIEIRA CARMELO** – Boa tarde, Parlamentares; todas as mulheres presentes. Não vou usar os oito minutos, não os quero cansar ainda mais. Só vim cumprimentar o Sr. Paulo Zacarias.

Na verdade, o juizado nunca vai permanecer sem defensoria, porque nós, defensores, encaramos a função como a de nos aproximar das famílias, porque não é só das mulheres, mas, às vezes, das crianças também, junto com assistentes sociais e psicólogos. Fazemos visitas às escolas, aos hospitais, às maternidades, porque também é uma função preventiva à atuação contra a violência contra a mulher.

Nós temos até um outro defensor público no juizado, mas eles preferiram deixar uma mulher – eu – para as mulheres terem mais acesso e se sentirem mais à vontade no acesso à defensoria.

A maior importância de nossa missão é a de chegar às mulheres mesmo, para que elas se sintam no direito e à vontade de chegar a nós e expor um problema que ela não tem coragem de fazer para mais ninguém. Então, talvez se abra com outra mulher.

Lá nós temos o Fábio, que é um colega defensor, e eu própria para assumirmos essa função lá no juizado. Na verdade, o filho é de minha colega Daniela – digo assim porque o projeto é dela –, mas, como está de licença, não quero tomar seu filho para mim. Mas confesso que gosto muito do tema e que nos dedicamos muito a essa função na defensoria.

É isso. Quero agradecer a presença das senhoras e dizer que é muito importante levantar esse tema no Estado, trazer essa luz para cá – para o que está precisando mesmo –, e aprovo a iniciativa.

Boa tarde.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG)– Só queria lembrar aqui de agradecer à Dra. Luciana que, sem dúvida nenhuma, o ventre fértil das mulheres permeia a vida da rede de enfrentamento à violência, e o próprio útero das mulheres que dá início a tudo. *(Palmas.)*

Queria lembrar aqui que já citei, mas citarei outra vez, as duas Vereadoras que estão aqui presentes: Vereadora Silvana e a Vereadora Tereza Nelma que estiveram pela manhã – e eu citei também – nos acompanhando, desde a Câmara, até este processo, além de toda sua equipe.

Com a palavra, a Sra. Andréa Pacheco de Mesquita, da Organização das Mulheres Maria Maria, que terá até 10 minutos, porque dividirá os outros 10 minutos com o outro movimento.

Há um questionamento à Secretária de Direitos Humanos, que depois faremos, sobre o orçamento das condições de cronograma do concurso para preenchimento das dificuldades. Nós, depois, passaremos para a Deputada Rosinha formular o questionamento.

Sra. Andréa.

**A SRA. ANDRÉA PACHECO DE MESQUITA** – Boa tarde a todas e a todos. Quero dizer que é muito desafiador vir aqui falar em nome do Movimento de Mulheres e apresentar um documento que nós construímos coletivamente durante estes últimos dias para poder entregar à CPMI. Fizemos a entrega oficial hoje pela manhã na Câmara e temos outra cópia para entregar à relatoria, pois já entregamos uma à Presidência, em que consta um pouco essa discussão dos problemas que a gente vivencia aqui em Alagoas.

Queria eu – queria o Movimento de Mulheres – que a gente pudesse ter uma CPMI da saúde, da educação e de várias porque, nós mulheres alagoanas, além da violência, a do machismo, do patriarcado, nós vivenciamos uma violência institucional enorme nas filas dos hospitais, nas filas das escolas para matricular nossos filhos e em vários outros campos das políticas públicas.

Parabenizo a Comissão e quero dizer que para todos nós, essa pergunta que vocês fazem, a gente dorme e acorda todos os dias pensando e buscando essas respostas. Em vez de respostas, nós vemos, cada dia mais, o número de homicídio de mulheres por seus companheiros e ex-companheiros todos os dias. E a gente se pergunta sobre essas questões que vocês levantam.

Que bom que vocês vieram aqui! Sejam bem-vindos à nossa cidade, cidade maravilhosa, com belezas esplêndidas, mas com esse problema da violência gritante, sendo o segundo Estado mais violento do Brasil.

Nesta apresentação, vou mostrar um pouco do que o Movimento de Mulheres está colocando em termos de problema e em termos de propostas. Claro que há muitas outras questões que não foram abordadas, mas, devido ao pouco tempo, foi o que a gente conseguiu construir.

Aqui em Alagoas, a Lei Maria da Penha entra em vigência em setembro, porque, mesmo aprovada em agosto, teve o tempo de sua implementação.

Pode passar porque esses dados já foram colocados.

Então, a grande questão é um pouco... Isso foi em cima de algumas pesquisas, inclusive por pesquisa feita por mim, porque também sou professora da Ufal e pesquiso sobre a violência contra a mulher e também as feitas por outras professoras como a Profa. Cida e a Profa. Elvira que estão aqui e conseguimos esses dados.

Essa violência acontece na casa da vítima e não se diferencia da pesquisa nacional. E quem é essa mulher? Sua maioria é de mulheres pobres, com ocupação profissional como donas de casa, domésticas, estudantes, autônomas e comerciantes, cabeleireiras, vendedoras, professoras, servidoras públicas. Um dado também relevante são as mulheres desempregadas que sofrem essa violência, o que mostra que essa violência tem classe também.

A faixa etária fica entre 26 e 40 anos. A maioria não se diz casada, porque elas só convivem com o marido. Assim, quando elas respondem o quesito quanto a serem casadas nem todas respondem.

Bem, nesse perfil visto um pouco rápido, porque aqui não se pode fazer tanto discurso, mas temos de colocar questões objetivas, concretas e reais e também exigir resoluções a essas questões para o Poder Público.

Falarei dos problemas estruturais.

As delegacias não funcionam nos finais de semana e no período da noite. A gente gostaria de dizer que a violência não tem hora marcada para acontecer. Ao contrário da delegacia que só funciona no horário comercial de 8h às 18h, a violência acontece muito mais nos finais de semana e à noite.

Dos 102 Municípios de Alagoas, só existe delegacia na capital, Maceió, e são apenas duas, e uma em Arapiraca;

Não existem equipamentos institucionais suficientes para atender: casa abrigo, centro de referência.

A gente só tem uma casa abrigo, um centro de referência. Os próprios hospitais... Temos aqui o Santa Mônica, que atende em caso de violência sexual e que protege a vítima de violência. Em outros Municípios, nem isso existe, ainda é um grande problema. Nós temos aqui precariamente, mas, nos outros Municípios, em grande maioria, ainda não existe. Não existe estrutura física, espaço adequado com privacidade para o atendimento. Um grande problema, porque a mulher está lá na delegacia, mas todo mundo que está passando na rua está vendo. Então, o próprio marido, o próprio agressor, pode passar por lá, ver e pode haver até novas agressões.

A questão de equipamentos, transportes paras mulheres. Muitas vezes, as mulheres precisam ir em casa tirar as coisas, tirar os filhos, e não há transporte na delegacia para levar essas mulheres.

A violência institucional no atendimento às mulheres que buscam acesso aos programas e serviço social, educação, saúde, segurança, assistência social, geração de renda. O Estado – e aí é uma denúncia mesmo que a gente faz –, assim como o Estado brasileiro, acaba sendo omisso nessas questões da violência contra a mulher.

Outro problema também estrutural é a violência no campo, nos interiores, nos Municípios, e a falta de equipamentos sociais de políticas públicas para as mulheres. A violência vai aumentando e há ausência desses equipamentos.

Ausência de um sistema de monitoramento para acompanhar os casos de violência denunciados, se são julgados, quantos chegam até o final, quantos conseguem a punição dos agressores.

Ausência de dados sobre a violência contra a mulher. Como só existem duas delegacias em Maceió e uma em Arapiraca, que são as portas de entrada das denúncias, das nossas informações, fica difícil precisar os dados, além de haver inúmeros dados que são subnotificados.

Demora nos atendimentos nos encaminhamentos das denúncias, ineficiência, inoperância, causando grande descredibilidade da lei. É um problema que a gente tem. A mulher denuncia hoje, é caso grave, mas passam-se semanas até conseguir uma intervenção. Isso foi denunciado por várias mulheres do Movimento, que precisaram ou que estiveram acompanhando mulheres que foram denunciar. O atendimento é de péssima qualidade na delegacia, onde não são informados os direitos das mulheres, os encaminhamentos possíveis e uma cultura de tentar resolver sem ser via processo.

Há também a denúncia de que lá na delegacia se diz: você quer continuar com o processo ou você só quer que a delegada só converse com ele para dar um susto?

Minha gente, é um absurdo você chegar à delegacia..

A gente tem a denúncia. Se vocês quiserem, a gente pode convocar as mulheres para quem foi colocado isto, que pode só dar um susto e que o processo é muito complicado. Isso dado toda uma perspectiva para a mulher de renunciar. Já é tão difícil estar ali, já é tão doloroso, e aí tem toda essa coisa para esse lado.

Há poucas instituições de apoio às mulheres vítimas de violência. Vocês, em uma tarde e hoje pela manhã, conseguiram visitar todas, para ver a quantidade que nós temos aqui. E viram também a qualidade, as estruturas.

Poucas são as realizações das informações Lei Maria da Penha nas comunidades, Municípios, diversos espaços. Nós já avançamos muito.

Tanto o Estado quanto os movimentos sociais estão nas comunidades, mas ainda é pouco. A nossa luta tem que ser cotidiana porque a cultura machista que está no corpo administrativo de funcionários, delegados, juízes, médicos, promotores, defensores públicos, ainda é a mesma que é reproduzida na sociedade, naquele cotidiano da casa.

Baixo número de profissionais nas defensorias, delegacias, juizados, hospitais, impossibilitando a realização de um trabalho multidisciplinar; falta de tratamento humanizado às mulheres vítimas de violência sexual; ausência de transparência e publicização dos dados sobre a violência contra a mulher; não prioridade na execução das ações do pacto de enfrentamento à violência; ausência de dotação orçamentária para o trabalho na área da violência; estrutura precária para a realização dos trabalhos de fiscalização pelos conselhos; falta de estrutura física, material de trabalho, transporte etc.; não valorização e efetivação do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; reprodução da desigualdade de gênero e banalizações/naturalização da violência contra a mulher na família, nas escolas, nos partidos políticos, nas instituições religiosas; os boletins de ocorrência não são respondidas de forma séria e respeitando todos os quesitos; concepção de gênero em toda a sociedade, que naturaliza as desigualdades a partir das diferenças físicas biológicas, uma presença muito forte do etnocentrismo. Cultura de impunidade no Brasil e em Alagoas faz com que a sociedade não acredite na força da lei. Os homens violentam porque acham que nada vai acontecer a eles. As mulheres não denunciam porque acham que não vai dar em nada. Essa ideia leva à perpetuação da violência.

Desmobilização do corpo administrativo, que não participa das capacitações sobre mulher, gênero e violência (Lei Maria da Penha), por acreditar que os anos de prática são suficientes para realizar o seu trabalho, caindo no pragmatismo.

Ausência de secretarias – a gente não concorda com as coordenadorias – de política para as mulheres em Maceió e nos demais Municípios de Alagoas.

Um ponto muito negativo para a gente que, apesar de aqui ter sido a primeira secretaria da mulher no Estado, ela foi extinta e transformada numa superintendência da mulher, pertencente a uma secretaria do Estado da Mulher da Cidadania e dos Direitos Humanos. (*Palmas.*)

Ausência de incorporação da luta pelo fim da violência pelos homens.

Então, quais são as nossas propostas que, para nós, são urgentes, emergenciais, das quais não abrimos mão um segundo mais?

Funcionamento das delegacias no período de 24 horas; criação de delegacias em todos os Municípios de Alagoas; emergencialmente, a criação das delegacias nas cidades polo de Alagoas; criação dos equipamentos institucionais, casas abrigo, centros de referência, hospitais para atendimento especializado à vítima de violência sexual, de proteção à mulher, emergencialmente, em todo o Município, mas, emergencialmente, nas cinco regionais do Estado de Alagoas; aparelhamento da estrutura física, espaço adequado, com privacidade para o atendimento e equipamento; transporte para levar as mulheres, quando precisar; tratamento digno no atendimento às mulheres que buscam acesso aos programas sociais; campanha pelo fim da violência no campo, nos interiores, Municípios e aparelhamento de equipamentos sociais e políticas públicas para mulheres; criação de um sistema de monitoramento para acompanhar os casos de violência que são denunciados, se são julgados, aquelas informações; criação de um banco de dados sobre violência contra a mulher no Estado; agilidade e mutirões para julgar os casos de violência contra a mulher; fiscalização no atendimento prestado nas delegacias, IML, Santa Mônica, juizados, centos de referência, casas abrigo; dotação orçamentária para realização dos trabalhos para erradicar a violência, no Executivo e no Judiciário; criação de instituições de apoio às mulheres vítimas de violência; divulgação da Lei Maria da Penha; campanha para erradicar o machismo, o sexismo e o racismo no corpo administrativo e nas instituições de atendimento à mulher; concurso público para profissionais nas defensorias, delegacias, juizados, hospitais, Ministério Público etc; fiscalização do tratamento dos dados ás mulheres vítimas de violência (IML e Santa Mônica); fiscalização dos BOs, para que sejam respondidos na íntegra, respeitando todos os quesitos; cursos e oficinas pra trabalhar a concepção de gênero; mobilização e determinação, pelo Poder Público, do corpo administrativo para participar das capacitações sobre a mulher, gênero, violência etc; criação da Secretaria de Política para as mulheres em Maceió e nos demais Municípios de Alagoas; retorno da Secretaria Estadual da Mulher; (*Palmas*.) fortalecimento da campanha Homens pelo Fim da Violência.

Que a superintendência volte a ser uma secretaria estadual, com dotação orçamentária para desenvolver políticas públicas para as mulheres alagoanas; criação de Varas da mulher e da família para atender as mulheres de forma rápida e eficiente; criação – é uma inovação que a gente traz – de um painel eletrônico a ser colocado no centro de Maceió, contabilizando o número de casos de violência contra a mulher no Estado de Alagoas, para que a população seja informada, cotidianamente, sobre o número de violência. Isso aí seria, para a gente, emergencial ou mesmo dizer: olha, esses são os dados, e ver se estão baixando ou não.

Por fim, a gente gostaria de citar Clarice Lispector:

*Sonhe com o que você quiser. Vá para onde você queira ir. Seja o que você quer ser, porque você possui apenas uma vida e nela só temos uma chance de fazer aquilo que queremos. Tenha felicidade bastante para fazê-la doce. Dificuldades para fazê-la forte. Tristeza para fazê-la humana. E esperança suficiente para fazê-la feliz.*

E Flora Tristan: “As mulheres representam o proletariado do proletariado”.

Então, queremos dizer que só queremos ter o direito de ser livres. Nós, mulheres, não aceitamos nenhum dia mais de violência contra as mulheres.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada. Sem dúvida, Andréa, o Movimento de Mulheres apresentou uma síntese muito boa.

Passamos a palavra para Andréia Malta, lembrando que reduziu um pouco o seu tempo, que será de sete minutos, com uma certa flexibilidade.

**A SRA. ANDRÉIA MALTA** – Vou ser breve. Para mim, ficou a questão política. Exatamente, a gente quer colocar aqui, deixar claro, que, para que implementemos todas essas políticas públicas, existem duas condições essenciais básicas: a vontade política de fazê-las e a consciência política de cobrá-las.

E isso é que é responsabilidade do Movimento de Mulheres. Nós podemos ser responsabilizados ou responsabilizadas de sermos omissos ou omissas porque não estamos cobrando suficientemente das instituições públicas, de sermos responsabilizadas pela omissão total do Governo acerca de políticas públicas, principalmente para as mulheres. E é muito claro que a gente tem que deixar também aqui qual é essa origem da violência. É necessário que a gente se pergunte de onde vem essa violência. A violência sexista vem simplesmente porque nós somos mulheres, porque tem um componente socioeconômico, de raça, de etnia, de orientação inclusive sexual? Porque a gente sabe que, infelizmente, mulheres e homens são também aqui, no Estado de Alagoas, mortos pela sua orientação sexual diferenciada da orientação da maioria.

Então, sobre essas questões a gente tem que se perguntar. E, para que a gente possa efetivamente levar consciência às mulheres e que o Governo do Estado se proponha a isso através das capacitações, é necessário também que a gente entenda a origem da opressão da mulher. Ela foi do nada? Ela caiu assim? Sempre foi assim e sempre será? São perguntas que a gente tem que fazer na hora em que a gente estiver conscientizando as nossas mulheres.

A gente tem que impor, retroagir rapidinho, há milhares de anos, nas relações sociais que havia entre homens e mulheres. Eram relações de casamentos diferenciadas das de hoje. Viviam em grupos, eram nômades, não se fixavam à terra. Então, as relações sociais entre mulheres e homens não tinham o conteúdo sexista que hoje temos.

A sociedade foi avançando. Vamos chegar mais rapidamente, porque só temos sete minutos, ao período feudal. Vamos pular milhares e milhares de anos para chegarmos ao período feudal, em que praticamente se institucionalizou a violência contra a mulher, porque, a partir daí, também surgiram leis, instituições que disseram que a mulher não tem direito a nada. Os homens – estou dizendo em palavras claras e objetivas – são os donos da vontade, da alma e do corpo das mulheres.

Para rompermos essa condição, levaram muitos séculos. E hoje estamos, em nossa contemporaneidade, no ano 2012, em que todo esse movimento aqui presente também tem um passado. A gente tem que entender que a história tem uma continuidade. Mulheres que, na década de 60, mesmo com a ditadura militar, sem que a gente tivesse a condição de estar aqui livremente, falando sobre política, propondo políticas públicas, denunciando as omissões etc., se fizéssemos isso naquela época, com certeza, estaríamos aqui presas. Mesmo assim, na clandestinidade, o movimento de mulheres continuou. E, quando começou a haver abertura política no Brasil e também na América Latina, esses movimentos ressurgiram de forma mais organizada. E hoje temos, consequência de todo esse movimento, uma lei extremamente importante para nós, que é a Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, que vai completar agora seis anos. Uma lei que está sendo inclusive copiada por muitos países. Porque é uma lei completa, não pensa apenas em denunciar e punir o agressor; ela pensa em todo o núcleo familiar.

A violência que não é só contra a mulher; é contra a criança, o adolescente. É familiar. E vai mais além, dá proteção, através das casas abrigo. E, agora em fevereiro, o Supremo Tribunal de Justiça fechou algumas polêmicas que havia em relação à lei. Não podemos mais retirar as denúncias, isso é importantíssimo. Isso, para mim, foi o fechamento de todo esse processo de luta que iniciou, digamos assim, de 200 anos para cá, mais próximo da nossa realidade, com as mulheres trabalhadoras em fábricas, que foram para as ruas, faziam greves para diminuição da jornada de trabalho, que chegava a 16 horas. Tem casos em que, como a gente vê na literatura em relação a essa questão, chegava a 20 horas de trabalho. E não eram só mulheres, mas também crianças. Num dado momento, houve uma junção das mulheres trabalhadoras e as mulheres chamadas de sufragistas, que eram mulheres da classe média que, num dado momento da história, se uniram e reivindicaram coisas importantes, como, por exemplo, o direito ao voto.

Esse movimento continuou, com todas as deficiências, sim; com todas as dificuldades, sim; porque é muito difícil fazer com que nós, mulheres, que temos tripla jornada de trabalho muitas vezes, porque quem é mulher trabalhadora e militante, só chega em casa às 9 horas, 10 horas da noite. Essa é a realidade. Nós temos tripla jornada de trabalho.

E a gente estar, em uma hora desta – são 5h35 –, desde a manhã no plenário da Câmara, discutindo assuntos relacionados a nós, mulheres, é para mim um fato histórico do Estado de Alagoas. Acho que este dia, 1º de junho de 2012, tem que ser um dia em que a gente tem que tornar... Como a gente celebra o 8 de março, mas que não é um dia apenas de celebração, mas de reivindicação, acho que a gente deveria tirar o tirar dia 1º de junho de 2012 como um dia importante no movimento de mulheres de Alagoas.

Era isso que gostaria de falar. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Agradecemos. Acho que as duas representações do Movimento de Mulheres deram a dimensão necessária, com propostas incisivas, concretas, avaliações. Acredito que enriqueceram demais.

Nós passaríamos agora para a Dra. Sandra Canuto, Superintendente de Vigilância e Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde, mas, antes que ela se dirija à Mesa, a Deputada Keiko fará alguns questionamentos.

A Dra. Sandra já pode se dirigir à Mesa.

Aproveitamos este momento, Deputada Keiko, só para fazer uma das homenagens, que são inúmeras, à Dra. Maria Tereza Ramos de Albuquerque, titular da 2ª DDM, e à Profa Aparecida Batista de Oliveira, da Associação dos Docentes da Ufal, que está em luta pelos seus direitos.

Com a palavra a Deputada Keiko.

**A SRA. KEIKO OTA** (PSB – SP) –Boa tarde a todos. Na condição de Vice-Presidente desta conceituada CPMI de Violência contra a Mulher, da qual eu me orgulho muito, com a seriedade com que está tratando essa causa, que é salvar as nossas mulheres, quero dizer que a mulher tem um papel fundamental na sociedade. Quero também agradecer aqui a grande contribuição que Alagoas está dando no dia de hoje a esta CPMI, para que possamos juntos tirar o nosso País desse *ranking* mundial de violência contra as mulheres, que ocupa o 7º lugar entre 80 países.

Quero dirigir algumas palavras perguntas à Secretária de Saúde.

Os hospitais seguem um protocolo de atendimento à mulher em situação de violência sexual ou doméstica?

Há estrutura física adequada para o atendimento às mulheres vítimas de violência, inclusive estupros?

Como os hospitais e os postos de saúde existentes no Estado interagem com as delegacias, em relação aos casos de violência contra as mulheres?

Qual é o quantitativo de notificações compulsórias por tipo de notificação?

Qual é a participação da Secretaria de Saúde junto à Câmara Técnica Estadual?

Quais os hospitais que realizam abortamento legal na capital e no interior?

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Para efeito de registro taquigráfico, com a palavra a Dra. Sandra Canuto, Superintendente de Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde.

**A SRA. SANDRA CANUTO** – Boa tarde a todos, quase boa noite. Gostaria de cumprimentar principalmente as mulheres que compõem esta plenária. As mulheres estão hoje tomando seus lugares e sempre presentes em massa nessas discussões, sejam elas voltadas ao gênero feminino também ao gênero masculino também. Isso já é um grande ganho na nossa sociedade.

Gostaria de cumprimentar todos da Mesa, nas pessoas da Senadora Ana Rita e da Deputada Jô Moraes, parabenizando-as pela atitude. Sabemos que nós, sozinhos, falando institucionalmente, não conseguimos desenvolver muitas ações se não tivermos o apoio dos governos, da Câmara Federal, do Senado. A gente realmente precisa desse apoio. Acho que isso vem para alavancar nossas ações.

Respondendo primeiramente as perguntas, temos um único hospital no Estado que atende as vítimas de violência, como já foi colocado aqui, que é a Maternidade Santa Mônica. Segue, sim, um protocolo de atendimento a essas vítimas, com uma equipe multiprofissional, psicólogos, assistentes sociais, médicos obstetras, e também encaminham para o tratamento dessas vítimas ao Hospital Helvio Auto, que é nosso hospital de referência para a questão da prevenção.

Quanto à estrutura física, a nossa ainda é muito incipiente, não é adequada para o atendimento a essas vítimas, embora tenhamos uma reforma prevista que vai contemplar também a área física e ambiência dessa maternidade, para receber as vítimas da violência.

Os hospitais e postos de saúde não têm uma relação direta com as delegacias. Eles encaminham apenas essas vítimas e recomendam para que seja feito um boletim de ocorrência, para que elas procurem as delegacias e denunciem, mas as informações que tivemos do pessoal que trabalha na maternidade é que não há uma interação com as delegacias, uma interação direta.

Quanto ao quantitativo de notificações compulsórias...

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dra. Sandra, só uma informação. Mas a pílula do dia seguinte, todas as prevenções são tomadas?

**A SRA. SANDRA CANUTO** – Sim. Todas. A pílula do dia seguinte; também o aborto legal é feito nessa maternidade. Os medicamentos antirretroviral são também feitos. Os antirretrovirais são feitos no Hospital Helvio Auto, que é o hospital de referência. A pílula do dia seguinte é feita lá mesmo na Maternidade Santa Mônica.

Quantitativo de notificações. Quanto à implantação da ficha de notificação, a componente da ONG que falou anteriormente disse que nós precisávamos construir um banco de dados. Alagoas já começou a construir esse banco de dados. Infelizmente, como a maioria dos nossos sistemas de informação, os dados de notificação, na maioria dos nossos sistemas, não se falam, a gente não tem comunicação do Sinan, que é o sistema da saúde, com o sistema da Polícia. A gente necessitava ter essas informações para planejarmos melhor as nossas ações. Já discutimos isso com a Secretaria de Defesa Social, mas, por enquanto, não temos esses dados, os dados de violência.

Então, começamos a implantar o banco de dados, decorrente de portaria, em 2008, pelo qual só era obrigado a haver notificação sobre violência, notificação compulsória, em dois Municípios; no nosso caso aqui, na capital e no Município de Arapiraca. Naquele ano, notificamos 75 casos... Vou pegar apenas os casos contra mulheres. No ano de 2008, tínhamos só 75 casos de violência notificados, dos quais parece-me que só 35 eram relacionados a mulheres. Em 2009, já notificamos 650 casos de violência, sendo 56 de violência sexual; 315, violência física; e psicomoral, 18. Em 2010, notificamos 887 casos de violência, sendo 62 de violência sexual; 528, violência física; 34, psicomoral. Em 2011, nós notificamos 1.470 casos de violência; desses – está divergindo um pouco, porque a gente tirou do banco de dados mais atualizado –, específico contra a mulher, 125, sexual; 995, por agressão física, violência física; e psicomoral, 79. Em 2012, já temos notificados no Sinan 306 casos de violência, dos quais 31 são de caráter sexual; 218, física; e 20, psicomoral.

Esses são os casos que estão aí notificados. A gente só tem 39 Municípios notificantes hoje. A portaria obrigava só dois Municípios notificarem, no caso do Estado de Alagoas. Nós ampliamos em 2010 essa notificação para os Municípios que possuíam núcleo de promoção da saúde no Estado e, em 25 de janeiro de 2011, foi divulgada a portaria do Sinan que obriga todas as unidades de saúde a notificarem compulsoriamente esses casos de violência. Nós já capacitamos os 112 Municípios para notificação, mas, até agora, no sistema, só temos 39 notificantes.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Só para tirar uma dúvida, Dra. Sandra, porque a senhora está dizendo, voltando um pouquinho na informação do abortamento legal, não há uma articulação entre os órgãos. As demandas que chegam ao hospital são espontâneas, de abortamento legal, ou são encaminhadas por algum outro órgão, por exemplo, pela Delegacia de Mulheres? Há alguma demanda que vai da delegacia? De onde vêm as demandas?

**A SRA. SANDRA CANUTO** – A maioria é demanda dos Municípios, encaminhada pelos Municípios, ou demanda espontânea dessas mulheres.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – A delegacia não encaminha?

**A SRA. SANDRA CANUTO** – Não. Não tem...

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Não tem nada das delegacias?

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A origem deveria ser também dos juízes. Tem alguma indicação dos juízes?

**A SRA. SANDRA CANUTO** – Eu não sei dar essa resposta. O pessoal lá da saúde da mulher conhece mais, mas disseram que não há indicação de juiz, mas demanda dos Municípios, encaminhamento dos Municípios e demanda espontânea.

Essas mulheres que sofrem abortamento legal lá são atendidas na unidade e é aplicado todo o protocolo para poder ser feito; tem aquela parte do aconselhamento. Elas são aconselhadas ou a ficarem com o filho ou a doarem, antes de ser aconselhado o abortamento.

Qual a participação da Secretaria (de Saúde junto à Câmara Técnica Estadual. Tem representantes da saúde nessa câmara técnica, que participam das discussões. Tem representantes da secretaria.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Essa Câmara Técnica está funcionando? Porque, na sua fala não ficou claro. Na sua fala, lá atrás, no início da audiência, não ficou claro se a Câmara Técnica já estava funcionando. Ela está funcionando e já fez duas reuniões?

**A SRA. SANDRA CANUTO** – Quanto às unidades, já respondi que realiza abortamento legal somente a Maternidade Santa Mônica, que está realizando o abortamento legal.

Aqui há perguntas gerais também. Que políticas públicas destinadas às mulheres estão sendo executadas pelas secretarias? No caso, a nossa, especificamente.

Antes disso, quero dizer que a gente trabalhou muito aqui nesses dias a questão da violência física e sexual contra a mulher. Nós temos uma visão, como secretaria, um pouco mais ampla dessa violência. Foi citado pela colega que falou há pouco. Há violência institucional, outros tipos de violência: moral, psicomoral, e aí a Secretaria de Estado da Saúde trabalha muito para minimizar a questão da violência institucional. Esse trabalho que temos feito e temos também trabalhos voltados para os outros tipos de violência que foram citados aqui. Então, já há alguns programas que a gente vem desenvolvendo, como a implantação da rede de atenção integral às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual. Os Municípios já foram capacitados para implantarem essa rede. Nesses 16 Municípios, foram capacitados técnicos municipais. Aliás, foram propostos 16 Municípios; 12 foram capacitados; 4 faltaram e estão programados agora no planejamento de 2012 para essa programação.

Temos também a implantação e implementação da ficha de notificação, como dissemos, outra coisa que a gente tem corrido atrás para ver se melhoramos essa notificação – cremos que existe uma subnotificação muito grande –, voltada à violência em geral, mas contempla também a violência contra a mulher, em um trabalho especificamente. Mas a implantação dos núcleos de promoção da saúde e prevenção da violência nos Municípios alagoanos. A gente tem hoje 82 Municípios com núcleos de promoção da saúde implantados. Nesses núcleos, trabalha-se a violência, inclusive a violência na escola. Também implantamos Cipaves, que são as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar, onde a gente trabalha a sexualidade, a questão do *bullying*, a violência dentro da escola e no entorno dessas escolas. Então, o Estado de Alagoas hoje tem 28 escolas com Cipaves implantadas e fazendo um trabalho contra a violência.

Temos implantados em 32 Municípios projetos de cultura da paz, fomentados pela Secretaria Estadual de Saúde, com recursos de portaria do Ministério da Saúde. Então, esses 32 têm projeto voltado à cultura da paz.

Temos também, como programa do nosso Estado, a adesão, o governo aderiu em 2009 ao Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materno-Infantil, com a proposta de redução dessa mortalidade materno-infantil, a infantil que também é uma violência contra a criança e contra a mulher. O Governo Federal propôs uma redução de 5% na mortalidade infantil. O Governador disse que, como éramos campeões em mortalidade infantil no Brasil, propunha uma redução de 10%. E, no primeiro ano, reduzimos 11%; no segundo ano, reduzimos mais de 10% novamente. Então, Alagoas está tendo essa redução.

Quanto à mortalidade materna, também houve de 2010 para 2011 uma redução de 25% nesse tipo de mortalidade. De 32 óbitos, passamos para 24, em 2011. Essa questão da redução da mortalidade materna está ligada a um programa que o Governo de Alagoas repassa hoje, com recursos próprios, através do Promater, que é um programa de governo para estruturação das maternidades, para melhor acolhimento a essas mulheres. Repassa também a 100 Municípios do Estado um recurso para fortalecimento da atenção primária, que está contemplado dentro da portaria.

Alguns indicadores para melhoria do atendimento a essas gestantes, como realização de sete consultas ou mais, garantidas dentro desse recurso; a realização de citologias – no mínimo, sete consultas – nessas mulheres, e o Governo tem acompanhado, através da Secretaria de Estado da Saúde, o desenvolvimento e o alcance desses indicadores e está suspendendo os recursos quando esses Municípios não atingem, para que eles corram atrás desse grande prejuízo que a gente tem.

Próximo.

Dentro ainda da questão da gestação, estamos trabalhando no Hospital Regional de Arapiraca e na Maternidade Santa Mônica a humanização do atendimento ao parto, o acolhimento dessas mulheres, com a garantia ao acompanhante, trabalhando com a Secretaria Municipal de Maceió a questão do vínculo do pré-natal com o parto. Isso é lei. Estamos trabalhando isso, mas muitos Estados não atendem, não contemplam isso aí. Mas aqui, em Alagoas, começamos pelo Hospital Regional de Arapiraca e pela Maternidade Santa Mônica, inclusive com dois projetos de ambiência na Maternidade Santa Mônica para o acolhimento dessas mulheres.

Criamos também, elaboramos e publicamos cartilha que aborda os vários tipos de violência, inclusive a violência contra a mulher, através dos recursos da promoção da saúde.

Próximo.

A cartilha para gestantes trabalhadoras acabou de sair. A gente também, dentro desse pacto de redução da mortalidade materno-infantil, cada área teve sua atribuição, e a Saúde do Trabalhador ficou com essa atribuição de trabalhar a cartilha para as gestantes trabalhadoras, em que há todas as orientações sobre o que elas devem fazer durante a gestação.

Essa outra atribuição aí não é nossa, mas, como a Secretaria de Assistência não está aqui, esse é um trabalho em parceria com a Saúde: é a distribuição de cestas nutricionais. São 160 mil cestas distribuídas por ano para as gestantes em risco nutricional. Essa cesta foi estudada por nutricionistas que viram qual seria a necessidade de nutrição dessas mulheres durante toda a gestação. E, em parceria com os Municípios, o Estado entrega essas cestas mensalmente para os Municípios, que as distribuem. E, numa parceria entre as secretarias municipais de saúde e as secretarias de assistência dos Municípios, essas mulheres são avaliadas, são obrigadas a fazer o pré-natal e recebem essas cestas, que têm 100% dos nutrientes necessários para uma mulher durante o período de gestação. Não são cestas básicas, são cestas nutricionais.

São coisas demais...

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Só esclarecendo, Dra. Sandra, que as coisas demais deverão ir por escrito, pois faltam três minutos para o encerramento do seu tempo. Pegue concisão e disponibilizaremos no *site* do Senado o conjunto das informações que nos chegarão por escrito.

**A SRA. SANDRA CANUTO** – A gente vai fazer um relatório. Não tivemos tempo, era algo que eu iria dizer no início e terminei não dizendo. Estou nervosa, só teve secretário aqui até agora, e eu vim com essa função de falar por uma secretaria, que é uma das maiores ou talvez a maior do Estado. Acho que a segunda. Então, é um compromisso muito sério.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Fique tranquila. Você se saiu muito bem.

**A SRA. SANDRA CANUTO** – Muito obrigada.

Então, recebemos esse ofício, Deputada. No dia 29, ele foi protocolado no Gabinete do Secretário. No dia 30, nós recebemos esse ofício e a Solange falou conosco que tínhamos que ir para essa reunião. Então, foi tudo muito rápido. Não tivemos tempo realmente de nos preparar.

Nós também, através da Secretaria de Estado da Saúde, implantamos o transporte sanitário, com a distribuição de ambulâncias para 102 Municípios do Estado, para que eles garantissem o transporte mais seguro não só das gestantes, ele é amplo, para todos os pacientes, mas pedimos que todos os Municípios fizessem o transporte adequado dessas gestantes, como também descentralizamos o Samu. As gestantes em situação de risco devem... Os Municípios são obrigados a acionarem o Samu para transportar essas gestantes para as unidades de referência.

Entre outras coisas, também estamos realizando capacitação voltada à diversidade de gênero, através de recursos da promoção da saúde. Temos portarias específicas que trabalham os quilombolas; temos portarias que trabalham a diversidade; e temos feito anualmente capacitação sobre diversidade de gênero e outras diversidades que a gente tem contemplando com esses recursos.

Além das ações de DST/Aids, com descentralização do teste rápido, capacitação para vários profissionais, com teste rápido da Aids e da sífilis. Alguns Municípios já estão realizando e a gente está expandindo agora, em 2012, até para atender o Rede Cegonha. Além disso, estamos discutindo a primeira rede que Alagoas...

Está um barulho tão grande; quem está aqui fica meio agoniado.

Estou terminando...

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Estamos concluindo; é o último minuto da Dra. Sandra. E eu queria uma concentração no plenário para que ela possa chegar ao final.

**A SRA. SANDRA CANUTO** – Nessa discussão de rede, a primeira rede que Alagoas está discutindo desde 2011 é a Rede Materno-Infantil. Nós decidimos por essa rede, já que éramos campeões em mortalidade infantil e também somos um dos que têm uma das maiores mortalidades maternas no Brasil. Decidimos por essa rede e estamos trabalhando alguns projetos para a Rede Materno-Infantil.

Aí, já vou falar um pouco do orçamento.

Para a Rede Materno-Infantil, temos previstos US$27 milhões, para três anos, para composição e formação dessa Rede Materno-Infantil no Estado. Temos em torno de um milhão anual da promoção da saúde, que trabalha algumas ações dessas de que já falei aqui. Para o Promater, que é o incentivo para estruturação das maternidades que atendem essas mulheres, R$9,050 milhões por ano; contempla as maternidades, conforme consta ali, são vinte e poucas maternidades. Temos também o Pró-Saúde, R$12 milhões por ano, para 100 Municípios. O Rede Cegonha, primeira etapa: esse recurso já está em vias de sair, são R$28.995.546,00, que serão usados para reforma, equipamentos e custeio dessas maternidades que vão ser implantadas no Estado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dra. Sandra, nós estamos já ultrapassando o tempo. Só lembrando que, depois, quando for fazer o relatório, nós não queremos o relatório da política de saúde para a mulher; nós queremos o relatório das ações que se referem ao combate à violência de gênero.

Então, quando a senhora for fazer, e a senhora domina a estrutura, demonstra sua ligação, mas não estão dentro da nossa preocupação os demais programas da saúde da mulher, relativos ao conjunto, que são múltiplos. Interessam-nos aquelas perguntas e questões específicas.

Peço que a senhora conclua. Os outros dados virão por escrito.

**A SRA. SANDRA CANUTO** – Encerrando, a gente entende tudo isso como? Que o nosso Estado é o primeiro em mortalidade infantil, é um dos piores em mortalidade materna. A gente entende isso como violência.

Então, é violência contra a mulher. O Estado tem, dentro do seu orçamento hoje, com todas as secretarias de Estado, em torno de R$122.166.732,00, para trabalhar essas questões voltadas à violência contra a mulher, violência física; e a institucional, o Estado está trabalhando com esse orçamento.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos. Consideramos que a Dra. Sandra Canuto colocou muito bem toda a questão da saúde da mulher. Vamos encaminhar por escrito as questões concretas que dizem respeito às políticas de enfrentamento à violência doméstica e sexual.

Esse é o foco, porque, se nós o ampliarmos muito, não teremos uma resposta adequada do Estado. Por isso que a assessoria encaminhará. E eu a cumprimento, desde já, por ter respondido.

Antes de encerrarmos com a palavra da Senadora Ana Rita, nossa Relatora, duas questões a serem colocadas com o inquirimento final da Deputada Rosinha e da Deputada Célia. Logo em seguida, para o seu encerramento, a Relatora fará os encaminhamentos necessários para a continuidade.

Deputada Rosinha.

**A SRA. ROSINHA DA ADEFAL** (PTdoB – AL) – Solange e Kátia fizeram uma explanação sobre as questões de recursos, e eu não entendi direito porque vi que foram apresentados muitos projetos da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Mas, dentro do orçamento do Estado, qual é o que cabe à Secretaria da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos, que eu costumo chamar de super secretaria? Qual é o recurso, dentro do orçamento, que cabe à Secretaria? E, dentro do recurso que cabe à Secretaria, qual é o destinado às ações das questões das mulheres, especificamente da violência?

Outra questão para a qual eu queria chamar a atenção ou questionar é que o Secretário Dario falou, e já foi veiculado esta semana inteira, graças a Deus, com relação aos concursos, que vai haver concurso para a área de segurança. Mas, nas visitas que fizemos estes dias, foi detectado ou ficou bem claro que a maioria dos funcionários são funcionários comissionados, pouco se tem do quadro permanente. Há previsão também para concurso na área administrativa? Porque necessidade eu acho que já está bem claro que há também.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O.k. Ainda tem pergunta?

**A SRA. ROSINHA DA ADEFAL** (PTdoB – AL) – Última pergunta, Deputada Jô. Com relação à capacitação também, se não me engano, foram 150. Não foi, Solange? Conforme você disse.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. ROSINHA DA ADEFAL** (PTdoB – AL) – Isso. E ainda tem previsão de... Isso.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – É que não adianta falar fora do microfone. Você repete depois.

**A SRA. ROSINHA DA ADEFAL** (PTdoB – AL) – Tem que ser no microfone. Depois, vão ter o tempo... Se não tiver como falar agora, manda por escrito. Mas a pergunta voltada à capacitação era a seguinte: dentro dessa capacitação, também está sendo capacitada a rede de saúde, de atendimento à mulher. Por que essa pergunta? Justificando, para quando das respostas. Hoje estivemos no centro de referência e elas nos falaram que só foram encaminhados dois casos da unidade de emergência e sabemos que a unidade de emergência é a porta de entrada, a principal ou uma das principais portas de entrada da violência contra a mulher. E lá não é feita a notificação. O que a gente sabe também é que, pelos centros de referência, por exemplo, nesses anos todos, parece que poucos casos, três ou quatro, foram encaminhados do HGE para o centro de referência. Então que capacitação? Se já tem planejado. Senão não tem, é uma sugestão, principalmente para o atendimento de urgência e emergência, aos profissionais da área de saúde.

Então, seriam essas perguntas, Deputada Jô.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputada Rosinha. A Deputada Célia disse que não é uma pergunta. Nesse caso específico, normalmente o uso da palavra diz respeito ao questionamento, mas damos a palavra à Secretaria das Mulheres, para dar rapidamente as informações. Caso não as tenham, pode ser encaminhada por escrito a orientação. Muitas questões não estão disponíveis. Vamos recebê-las por escrito para que as senhoras tenham um tempo de pegar o conjunto das informações. Podem usar da palavra para responder as questões possíveis. As outras serão por escrito para nós, para dar tempo às senhoras.

**A SRA. KÁTIA BORN** – Nós entregamos o orçamento que foi discutido no ano passado, inclusive em todas as regiões do Estado. Então, o orçamento já está com a Senadora Ana Rita, e só para a Superintendência; não é para a Secretaria. Nós separamos. Para a Superintendência, este ano, conseguimos projeto da ordem de quatro milhões e tem dois milhões em investimentos do Estado, não só contrapartida, mas tem o Fecoep, tem as campanhas. Esse projeto com a saúde, dos 16 Municípios, nós fizemos, dentro do pacto, 12 Municípios, em todos os postos de saúde, dos CREs, capacitando na Lei Maria da Penha e contra a violência.

Então, já há um elo entre essas quatro secretarias.

A outra questão foi concurso. Para a área administrativa, não vai ter, na Secretaria de Defesa Social. Está previsto só na parte de policiamento.

A outra pergunta qual foi? A capacitação. Na capacitação, nós vamos capacitar nesse projeto quase mil pessoas. Foram capacitadas agora 160 e, até agosto, vamos chegar a quase 1,1 mil pessoas. Área de saúde, defesa social, IML, unidades de emergência, os CRAs, os CREs, somente estes são 101 no Estado inteiro. Todo esse pessoal está sendo capacitado na linha da Secretaria da Mulher e Combate à Violência. Quero também colocar, o que o Secretário da Defesa não citou, o IML, inclusive, no início, o projeto era da Secretaria da Mulher junto com eles. Eles fizeram um grande projeto do IML. Toda a área já está sendo... Já foi dada a ordem de serviço, que é uma coisa terrível o IML de Alagoas. É uma coisa que chega a cortar o coração da gente. Como é que se consegue um lugar daquele... Então, o recurso, o dinheiro federal já está na conta; já há ordem de pagamento. Achamos que, no máximo, em um ano, esse IML, graças a Deus, estará pronto aqui no Estado de Alagoas. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos à Secretária Kátia.

Passamos a palavra, para esta fase final, à Deputada Célia, à Deputada Patrícia, em homenagem e agradecimento ao espaço que a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas nos cedeu, e para a Relatora, para o seu encerramento.

Deputada Célia.

**A SRA. CELIA ROCHA** (PTB – AL) – Prometo ser bem rápida nas minhas colocações. Inicialmente, eu gostaria, Presidenta, Deputada Jô; companheira e relatora desta CPMI, Senadora Ana Rita; Keiko, Vice-Presidenta; Rosinha, de me desculpar por não ter podido recebê-las e acompanhá-las ao longo de sua permanência em Alagoas. Perdi um filho, não um filho de sangue, mas um filho do coração, muito querido. E isso realmente me tirou totalmente a possibilidade de ter o prazer de acompanhar a caminhada de vocês aqui em Alagoas, apesar do sentimento muito forte de que não veríamos e de que vocês não viram coisas muito boas em relação ao que a gente se propõe a fazer.

Além da dor da perda, eu tenho tido a violência, é uma coisa tão forte no cotidiano do povo alagoano; a violência de maneira geral é tão forte, é tão presente, é tão marcante na vida do povo alagoano que hoje já se fala da morte, assim, levou dois tiros, levou uma facada... Já se fala disso sem dor, sem indignação, sem revolta. E, em relação à violência contra a mulher, a violência doméstica e familiar contra a mulher, a gente não vê também ser diferente. A gente ainda ouve a mulher dizer que não procura porque não acredita. Por que não acredita?

A impunidade é grande demais e dói demais. Então, as mulheres ainda não procuram porque não acreditam numa resposta. Infelizmente, é muito difícil a gente colocar as nossas mazelas para fora, a gente mostrar as nossas entranhas, mas a ausência do Estado é uma coisa gritante. Isso tudo, ao longo desses últimos 10 anos, vem crescendo assustadoramente e é por conta da ausência do Estado. E isso é visível.

A gente, as vezes em que está num círculo, quem faz o Executivo no Estado de Alagoas, ouve determinadas pessoas, cerca-se daquele grupo. Enfim, e não se dá conta do grito lá fora, do que a sociedade civil mostrou aqui. O movimento social mostrou aqui, através da fala da Andréa, porque essa fala da Andréa é a fala do sentimento da mulher alagoana. Essa é a realidade do nosso Estado. Infelizmente, essa é a realidade. (*Palmas.*)

Não estou aqui, em momento algum, tirando nem o crédito nem o mérito do Governador Teotônio Vilela, que eu amo de paixão, que é uma pessoa por quem tenho uma grande admiração e uma grande afeição, mas o nosso Estado devia aproveitar este momento desta CPMI aqui... E, como disse a Senadora Ana Rita, não é caça às bruxas. É para que a gente se mostre, para que as mazelas sejam vistas e sejam ditas, para que o Governo mostre que está faltando tudo. Ficou claro aqui, falta integração entre os próprios órgãos do Estado! Dos próprios órgãos, da saúde com a... A cobrança da Secretaria de Estado da Mulher é uma realidade, mas a gente percebe que não existe integração entre os próprios órgãos, nem em relação à informação.

Então, eu queria que este momento tivesse sido a oportunidade do grito das mulheres alagoanas, que têm ainda que ter a capacidade de se indignarem, de cobrarem, de mostrarem a dor, de mostrarem a desilusão, a decepção... Enfim, mostrar a indignação diante de tanta crueldade, diante desse crescimento tão radical da violência contra a mulher alagoana, particularmente a alagoana, que é o caso de hoje. E que vem crescendo.

Que medidas urgentes... Meu Deus, é um Estado que deve, paga 50 milhões por mês ao Governo Federal. De uma dívida de dois bi, hoje ainda deve sete, e tira dos cofres públicos todo mês 50 milhões.

A gente olha assim, o que está bom? O que está bom no Estado de Alagoas? Faltam recursos, falta recurso humano, falta tudo. A anemia orçamentária é cruel! Enfim, e os recursos humanos...

Todos disseram parabéns à Defensoria, ao Ministério Público. A Defensoria e o Ministério Público da minha cidade Arapiraca fazem um trabalho realmente fantástico.

A Andréa, o movimento social que retratou a realidade é o sentimento da mulher alagoana. E eu queria deixar o registro da minha capacidade ainda, apesar de um tema estar se tornando tão banalizado, a nossa revolta diante dessa realidade tão dura, tão gritante, tão cruel contra a mulher alagoana. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada, Deputada Rosinha.

Passamos a palavra à Deputada Estadual Patrícia Sampaio, minha conterrânea, quase conterrânea, da Paraíba, deixando neste momento todos os agradecimentos ao Presidente da Assembleia Legislativa, às Deputadas e Deputados aqui presentes, a todos os servidores que ainda estão trabalhando até agora, ao cerimonial, que nos assessorou, a todos os que se colocaram a serviço do êxito desta audiência. Agradecendo na pessoa da Deputada Patrícia e do Deputado Judson Cabral.

Por gentileza, o Deputado Judson, que também esteve todo o tempo conosco.

Deputada Patrícia.

**A SRA. PATRÍCIA SAMPAIO** – Eu gostaria de parabenizar esta CPMI pela vinda, que foi muito oportuna diante do caos em que está toda a segurança pública no Estado. Tenho certeza de que nós, mulheres, seremos ouvidas, com esta CPMI, porque temos na nossa Presidência uma mulher forte, uma mulher que é sensível às causas femininas.

Gostaria de enfatizar a importância do interior. Eu, que sou de Palmeira dos Índios, onde não há delegacia da mulher, sei da importância dessas ações que são pleiteadas nesta CPMI, a fim de irem até o interior, haver delegacia da mulher no interior, pois, se a gente sabe que é muito difícil à mulher ir, em sua cidade, na capital principalmente, fazer denúncia, imaginem numa cidade do interior deste Brasil enorme como é difícil. Então, quero aqui chamar a atenção para esse quesito. Na minha cidade, Palmeira dos Índios, não existe delegacia da mulher. Acho que, além de ser uma atitude que vai reprimir, é também pedagógica, porque muitas mulheres no interior pensam que podem e devem apanhar de seus maridos.

Eu gostaria de dizer isso e também que estou muito feliz por ter tido a oportunidade de escutar tudo que se falou aqui, o que vocês disseram principalmente e pessoas como a Andréa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

Antes de ouvirmos a Senadora Ana Rita, passamos a palavra ao Deputado Judson Cabral.

**O SR. JUDSON CABRAL** – Primeiro quero cumprimentar todos os presentes, desejar boa noite, porque já estamos além das seis. Quero cumprimentar a Mesa aqui, a Presidente desta Comissão, a Deputada Jô Moraes, a Keiko Ota, a nossa Senadora Ana Rita, a nossa Deputada Rosinha e a Deputada Marina; a Deputada Célia Rocha ainda se encontra, minha amiga Célia Rocha.

Quero destacar a importância desta CPMI aqui para o Estado de Alagoas. Acho que todos perceberam o quanto nós precisamos ter muito mais ações além da CPMI. Nesse sentido, é preciso dizer que a Comissão passa, mas a responsabilidade da Assembleia de Alagoas continua. A Assembleia não pode se omitir, e os demais parlamentos, a Câmara Municipal, e, com certeza, o controle social, as instituições aqui presentes devem realmente tomar isso como uma das prioridades. Alagoas, que vive um clima de violência hoje quase que insustentável, não pode estar aqui sendo exaltado como campeão de violência, principalmente quando essa violência se dirige para a figura da mulher. Então, nós temos que ter essa clareza e, na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, eu me sinto numa responsabilidade muito maior, não só de repercutir a importância e objetivo desta CPMI, mas de me colocar como, eu diria, um elemento de articulação com os demais parlamentares, primeiro fazendo ver àqueles que, talvez, não tomaram nem conhecimento da importância do tema e da responsabilidade de cada um. Segundo, de forma que a Assembleia também possa produzir as suas ações através de suas próprias comissões.

Parabenizo todos e todas que aqui compareceram. Agradeço à Comissão Mista, às Deputadas que se fizerem presentes, à Senadora. Alagoas não só tem violência, mas tem muita coisa bonita e é essa beleza também que nos motiva.

Então, obrigado pela presença e parabéns pelo trabalho. Tenham a certeza de que aqui na Assembleia tem Deputadas e Deputados comprometidos com a causa.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos ao Deputado Judson, assim como à Deputada Patrícia.

Antes de ouvirmos a Senadora, a Deputada Marina solicitou a palavra, mas quero reiterar o nosso agradecimento a todas as autoridades que estiveram aqui presentes, a todos os movimentos sociais, a toda a representação da sociedade civil, aos gestores, que estiveram aqui presentes, e foram inúmeros. Não podemos relatar a atitude dos senhores e das senhoras, é a expressão de um respeito não à CPMI como instituto do Congresso Nacional, mas, sobretudo, a luta da mulher para superar a violência cotidiana que enfrenta.

Agradecendo a todas as autoridades, aguardaremos as informações num prazo de até sete dias, para que a Relatora as receba.

Passamos a palavra, neste momento, à Deputada Marina Santanna, que a solicitou. Em seguida, falará a Relatora para os seus encaminhamentos finais.

**A SRA. MARINA SANTANNA** (PT – GO) – Sra. Presidenta desta reunião e desta CPMI, Sra. Relatora, aos colegas e às colegas Deputados e a todas as pessoas que estão aqui presentes.

Nós nos deslocamos daqui ao IML da cidade para fazermos uma inspeção, juntamente com a assessoria da CPMI. E eu pedi a palavra para, em apenas um ou dois minutos, relatar o que nós vimos no IML, inclusive com uma mulher reclamando porque estava chegando para atendimento em função de estupro e aguardava ali para que pudesse ser atendida. O Dr. Gerson Odilon nos recebeu, com muita atenção, com toda a sua equipe. Nós agradecemos por isso. Ele abriu as portas e mostrou o que é o IML daqui, constando que existem dois IMLs no Estado, e esse é o IML que atende o maior número de ocorrências levados a ele.

Então, Sra. Presidenta, realmente nós entendemos o IML como numa situação deplorável, inadmissível, incapaz de receber mulheres ou crianças ou qualquer pessoa que chegue com uma lesão ou com um resultado de violência qualquer. É inadmissível até que profissionais estejam expostos àquela condição para exercerem seu trabalho. Existem centenas – o que já estão sendo relatados, a pedido do Ministério da Justiça, senhor do Ministério Público, Procurador –, centenas de DNAs perdidos em função de câmara que deveria alojar os DNAs e que não comportam, estão quebrados, abertos. Isso é um dano irreversível, porque se trata, provavelmente, de provas que não têm recuperação, provas de crimes de toda espécie.

O número de servidores é muito aquém do que é necessário. Existe uma situação que afeta absurdamente a área de meio ambiente, digamos assim, com todos os cuidados que isso me permite dizer, na área sanitária, porque é possível ali, e é constatado que há sangue de corpos chegando e esse sangue, digamos, no dia a dia, corre e pode estar indo para o serviço de saneamento, o que é absurdamente danoso e realmente causa uma situação incontornável ao longo dos anos.

Recebemos muitas informações; recebemos, inclusive – o que eu tenho a agradecer; estivemos lá junto com o Deputado Judson –, a cópia de um diagnóstico que o próprio IML acabou de montar e está encaminhando também, já encaminhou, ao Ministério da Justiça, com os dados todos relacionados à situação.

O prédio, aparentemente, quando você chega, é bonito e dá a aparência de ser bem-cuidado por dentro. Quando você entra nas dependências, é realmente um absurdo.

Eu penso que o Estado de Alagoas não pode deixar essa situação continuar. Além de pessoas, além de cadáveres, cujas famílias vão para lá, existe uma situação gravíssima de quem vai; situação de vulnerabilidade para ser atendido.

Então, nós já viemos conversando no caminho, Sra. Relatora, Deputada Keiko, Deputada Rosinha, Deputada Jô e todas as colegas aqui, trazendo uma recomendação para que possa ser ouvida, atendida do modo possível. Também me dirijo aos senhores e senhoras representantes do Estado de Alagoas, representantes do Ministério Público, no sentido de solicitar que imediatamente seja colocado um outro ambiente, um outro lugar para o atendimento das mulheres e também das crianças que chegam como vítimas vulneráveis e que precisam de um modo decente de ser atendidas. Mesmo que queiram os profissionais, ali não há porta, condições para receber as pessoas. É uma indignidade.

O Procurador se encontra ali ao lado, certamente recebendo algum relato do Deputado Judson, mas eu gostaria de pedir a V. Exa. que procure imediatamente fiscalizar. Um processo de fiscalização lá não tem Raios X, não tem possibilidade de receber as pessoas e não tem possibilidade real de trabalho, o que me parece estar sendo objeto de relato cotidiano ao governo do Estado.

Então, eu gostaria de pedir aqui, formalmente, se a CPMI concordar, o seguinte: que o Procurador ou a Procuradoria de Justiça do Estado proceda a uma investigação direta e que recomende ao Estado de Alagoas essa impossibilidade. Recomende que o Estado de Alagoas se utilize de outro espaço e que coloque equipamentos adequados, para que sejam realmente feitas as perícias e guardados também o DNA, guardado tudo que é necessário, que é obtido como prova.

Então, feita a solicitação ao Ministério Público, solicito à CPMI que nós não deixemos... Já foi entregue à Relatora o diagnóstico que foi repassado também ao Ministério da Justiça.

Eu penso que nós não devemos esquecer isso que nós vimos, porque cada pessoa que chega ali oferece parte do seu corpo, a sua vulnerabilidade, a sua situação de sofrimento, de dor pela violência sofrida. E, independentemente do desejo dos profissionais que estão ali, sofrem ali outra violência.

Então, está feita a solicitação para a CPMI e para o Ministério Público de Alagoas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada, Deputada.

Passamos imediatamente a palavra, para os seus encaminhamentos de encerramento da CPMI, à Senadora Ana Rita, Relatora desta Comissão.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Deputada Jô, antes de fazer o encerramento, nós vamos olhar as fotos, porque as fotos mostram a realidade. Estou aqui indignada com aquilo que eu vi. Alguém ali relata; alguém que foi na visita relata cada foto. (*Pausa.*)

Vocês estão vendo aí as duas câmaras frias do IML. Só são duas câmaras, o que significa que o IML teria condições de colocar sete corpos na geladeira. Mas uma das câmaras, essa que tem três gavetas, está quebrada. O registro é que ela está fora de uso há mais de dois anos. Então, só há uma câmara fria funcionando. Isso aí é porque queimou um transformador. Eles estão esperando há dois anos a licitação para trocar o transformador.

Próxima.

Aí é a câmara de novo. Vejam a iluminação do lugar. A iluminação vai dizer muito também.

Próxima.

Aí é a câmara fria.

Próxima.

Esse é um dos *freezers*. É onde ficam os exames de DNA. Então, claro que todo o material já está estragado.

O *freezer* também.

O *freezer* de outro ângulo.

Vamos lá, a próxima.

Esse é o alojamento onde ficam equipamentos de trabalho do pessoal do IML.

Bom, essa daí a gente tinha que ver direitinho, invertida. Está de cabeça para baixo, mas, nesse balcão, são colocados os corpos. Vocês estão vendo um canto preto ali, depois do pano. Embaixo do pano mais amarelo, há um balde preto. Ali tem um ralo. É por esse ralo que descem as secreções de todos os corpos, porque não há esgoto, não há sistema de esgotamento sanitário no IML.

Essa é a mesma sala onde ficam os corpos.

Aí é a estrutura de trás do IML. Os corpos que chegam lá já em estado avançado de putrefação são colocados do lado de fora do IML, porque não há estrutura para colocá-los. Eles ficam ao ar livre. Há uma maca ali que mostra onde eles são colocados.

Sim, são as seis viaturas hoje do IML, mas só uma viatura está funcionando. As outras cinco estão quebradas, para Maceió e para mais 45 Municípios.

Vejam, aí é o material de trabalho dos legistas. Vocês estão vendo ali a faca. Esse é o material de trabalho.

Essa é a iluminação máxima do IML. A única luz que existe onde realmente é feito o exame, a necropsia.

Aí é o ralo que eu falei para vocês.

Aí está falando que o lugar é insalubre.

Esse daí é um lugar muito interessante. É o Protocolo. É o lugar de recepção do IML. Vejam o mobiliário. Na próxima foto, eu acho, a gente vai ver que a mesa – é porque não dá para ver –, lá no cantinho, está escorada com uma pedra.

O pessoal está sem caneta para trabalhar.

Essa é a porta de entrada para o acesso aos corpos, na verdade. Quando os corpos chegam, é por ali que se faz o registro.

Aí nós subimos para conhecer as dependências de cima.

Essa é a sala de recepção do IML. Nós ficamos sabendo que crianças, mulheres, homens, idosos, presos, todos ficam naquele mesmo ambiente.

Aí é o refeitório, que fica também junto do dormitório no IML.

Esse é dormitório, então.

Essa é a sala da chefia.

A cozinha. Há um fogão mais ou menos novo que foi doação.

Essa sala que vocês estão vendo é a sala de repouso dos médicos. É a sala dos médicos. Colocaram ali uma divisória, porque há médicas e médicos. Só há um espaço. Colocaram a divisória para que eles possam ficar ali, no repouso. E aí vocês estão vendo os colchões.

Essa é a condição da sala de repouso dos médicos.

O Arquivo, de 2006 para cá, porque todo o resto do Arquivo está estocado numa sala que nem se abre.

A anterior, por favor.

A condição elétrica. Só há um ar-condicionado funcionando no IML em uma das salas, que não é a do diretor.

O prédio por fora, bem bonito.

Aí á a recepção do IML. Vejam lá, as mulheres ficam... É tudo vazado. Você está na rua e está vendo quem está ali, esperando atendimento.

Entramos na sala de exame. Nenhuma segurança, na verdade, ou privacidade existe ali dentro.

Essa daí é a entrada do IML.

Essa daí é a sala de exame no caso dos crimes sexuais.

Então, eu acho que é isso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos e passamos de imediato a palavra à Senadora Ana Rita para os seus encaminhamentos finais e para pormos fim à audiência pública realizada pela CPMI.

**A SRA. ANA RITA** (PT – ES) – Bom, eu quero, aqui, pontuar algumas coisas.

Primeiro, quero dizer que essas informações que nós estamos recebendo do IML, essas denúncias que estamos recebendo aqui vão constar do nosso relatório. Então, nós vamos apresentar isso posteriormente através do relatório.

Menciono a proposta apresentada pela Deputada Marina, no sentido de que as mulheres e as crianças deverão ser atendidas em outros espaços, porque aquele lugar, realmente, não oferece a menor condição de atender crianças e adolescentes. O espaço é desumano, insalubre e não oferece a mínima condição para qualquer ser humano, inclusive para os profissionais que lá trabalham.

Uma outra questão: eu quero propor às autoridades daqui, aos Parlamentares, às Parlamentares, enfim, que realmente façam uma ação incisiva em relação a essas questões apresentadas. Eu acho que o IML daqui não pode ficar apenas constando do relatório da CPMI e depender da CPMI para fazer a denúncia. Acho que as pessoas deste lugar, deste Estado devem abraçar isso aqui e modificar essa realidade. Acho que não dá para conviver com isso por muito tempo.

A partir daquilo que nós ouvimos dos secretários e das autoridades daqui, creio que fica uma questão muito importante: deu para perceber, e a Deputada também relatou isto, que as ações feitas aqui dialogam muito pouco. Acho que é preciso, é necessário haver um diálogo maior entre as secretarias do Estado e do Estado com os demais órgãos do Estado de Alagoas. É preciso que haja, de fato, uma articulação maior, que haja um tratamento preferencial a esse tema da violência contra a mulher. A violência contra a mulher precisa ser trabalhada de forma transversal entre as várias secretarias. Não dá para ficar achando que é só a Secretaria da Mulher, mas é necessário que a Secretaria da Mulher dialogue com todas as outras, que construa um procedimento integrado, articulado, para tratar do tema da violência contra a mulher. Que haja, de fato, integração entre todas as ações. Não é a saúde trabalhando sozinha, a Secretaria da Mulher atuando sozinha, porque esse problema é muito profundo. Então, é preciso que haja, de fato, integração maior.

Quero dizer também que, além de articular toda essa rede de atendimento, é preciso que haja, de fato, um comprometimento de todos aqui, embora a gente perceba que há iniciativas importantes, que há uma disposição de acertar, de fazer com que as coisas melhorem. Há um esforço com relação a isso, mas é preciso haver o compromisso de reduzir a violência contra a mulher, de reduzir a violência institucional. Isso que nós acabamos de ver aqui é uma violência institucional.

É preciso, de fato, assegurar um atendimento mais adequado. É preciso direcionar recursos para essa área. Não é suficiente apenas mostrar que temos x recursos para isso, mas a realidade mostra que não está havendo investimento, gente! Há uma distância muito grande entre a fala de vocês e a realidade que nós vimos aqui. Há um distanciamento. Alguma coisa não está funcionando. Existe alguma coisa errada.

Então, é preciso, de fato, destinar recursos, agilizar as coisas e tornar a violência realmente uma prioridade de Estado, uma prioridade do governo, uma prioridade do Ministério Público, uma prioridade do Poder Judiciário, enfim, que todos, realmente, façam a sua parte de forma integrada, articulada. Acho que é isso que está precisando acontecer.

Por último, Sra. Presidenta, eu quero novamente reforçar um pedido que nós fizemos aqui: apesar das tentativas, do esforço do Procurador, que não sei se ainda se encontra – acho que está aqui ainda –, o Dr. Sérgio, em garantir a presença de uma promotora na Vara especializada, é preciso que haja esse compromisso de designar urgentemente uma promotora que esteja na Defensoria Pública, que esteja na Vara especializada para fazer o atendimento que o Juiz aqui colocou. É preciso realmente reforçar o trabalho da Vara. A Vara tem procurado fazer um trabalho, mas, com aquela equipe, na sua grande maioria, de estagiários, não vai conseguir dar conta da sua tarefa. Então, designar urgentemente uma promotora para que, de fato, possa integrar aquela equipe para que dê conta da tarefa que tem pela frente.

Quero aqui agradecer, em nome da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, em nome de todas as Parlamentares que aqui estão e que compõem a CPMI, a todas as pessoas que aqui compareceram, aos representantes das instituições públicas, mas também aos representantes da sociedade civil, que vieram com muita disposição não só para apresentar o trabalho que tem sido feito, mas também tiveram a capacidade de ouvir tudo aquilo que foi dito aqui.

A gente acredita que vocês, daqui para frente, com certeza, vão ter outro olhar sobre essa questão. Farão uma força-tarefa no sentido de reverter esses índices, de mudar essa realidade.

Nós nos colocamos inteiramente à disposição. A CPMI está à disposição, através do seu *site*, através do seu *e-mail*, para receber novas informações, para receber as denúncias que porventura vocês ainda tenham a colocar.

O nosso relatório será um grande instrumento de mobilização das mulheres brasileiras, para que possamos, de fato, contribuir para reduzir os índices de violência no País e, em particular, naqueles Estados onde os índices são muito altos.

Então, seremos ardorosas cobradoras das providências que deverão ser adotadas em todos os Estados por onde nós estamos passando. Nós vamos continuar acompanhando e vamos continuar cobrando aquilo que nos cabe para que essa realidade possa mudar.

É isso.

Muito obrigada e um abraço para vocês.

Estamos à disposição para aquilo que for necessário. (*Palmas*.)

**A SRA. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Mais uma vez, reitero que nós estamos abertos para receber atividade complementar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião solene.

Boa noite e obrigada a todos.

*(Iniciada às 14 horas e 46, a reunião é encerrada às 18 horas e 49 minutos.)*

Deputada Jô Moraes(PCdoB/MG)

Presidente